COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

A Copa Energia apresenta seu Relatório Anual de 2022, fortalecendo o compromisso com a transparência e a prestação de contas, e mantendo uma comunicação próxima com colaboradores, fornecedores, revendedores, parceiros de negócio, consumidores, comunidades e sociedade em geral.

A presente publicação cumpre a exigência da Lei das Sociedades Anônimas (nº 6.404/1976) e as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram auditadas externamente pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Nesta mensagem de abertura do Relatório Anual da Copa Energia, convido você a celebrar os recentes capítulos da nossa história. Nos últimos anos, realizamos uma verdadeira proeza no setor energético 2. DESTAQUES DE 2022 brasileiro, unindo duas empresas de referência em GLP, e colocando-as em uma posição estratégica para atender à crescente demanda por energias sustentáveis.

Se fizermos uma breve retrospectiva, veremos que o ano de 2022 representou o marco de conclusão desse ciclo de mudanças. Começamos há cerca de três anos com a junção operacional das duas empresas Liquigás e Copagaz, passando pela criação da marca Copa Energia e pelo amplo trabalho de captura de sinergias ao longo de 2021, culminando, no último ano, na consolidação da integração entre as empresas e na caracterização de uma nova cultura organizacional.

Pautados nos valores de determinação, parceria, respeito e inovação, fomos capazes de capturar valor

2.2 Unificação do Sistema SAP e demais sistemas por meio de uma integração extremamente eficiente das nossas operações, fluxos logísticos, A unificação dos sistemas SAP e dos demais sistemas que compõem a infraestrutura de Tecnologia da infraestrutura, tecnologias, processos comerciais, cadeia de suprimentos, entre outras frentes Informação da companhia, trouxe sinergia e produtividade além de liberar a utilização de ágio de estratégicas do negócio. Isso nos permitiu alcançar patamares ainda mais elevados de produtividade e aquisição da Liquigás nos próximos 5 anos. Contou com o envolvimento de 180 pessoas diretamente rentabilidade, que gostaria de traduzir a seguir em alguns números.

Encerramos 2022 com receita líquida de R\$ 11,8 bilhões, 13% acima do realizado em 2021. 2.3 Saiba mais sobre a integração Registramos, também, um Ebitda (conforme Resolução CVM 156/2022) de R\$ 890,8 milhões (alta de O interesse pela aquisição da Liquigás foi anunciado em 2019 e representou, desde o princípio, uma 4.4 Endividamento redução de 1,6x sobre o ano anterior.

Nossa competência na gestão desse processo de transição situa a Copa Energia entre as maiores Ao longo do tempo, a Fogás também foi inserida no processo. 1000), na comparação entre os anos de 2020 e 2022. É um feito do qual nos orgulhamos de realizar.

demanda de um modelo mais sustentável e com maior participação das fontes renováveis. Refletimos, principalmente, sobre qual o papel da nova Copa Energia nesse ambiente. Após um intenso trabalho de análise, as respostas para esses e outros questionamentos sobre o futuro da companhia se As marcas Copagaz e Liquigás continuam operando nas regiões, conforme a definição do CADE, consolidam em nossa nova estratégia organizacional.

Em nosso planejamento para até 2024, previmos o desenvolvimento de um novo portfólio de soluções Mapa de atuação das marcas Copagaz e Liquigás no Brasil energéticas sustentáveis, que darão origem a novas fontes de receita e, consequentemente, à expansão do nosso core business. Nosso programa de inovação será um elemento-chave na execução desse plano, propondo, com frequência, um modelo ágil e disruptivo.

De forma totalmente alinhada ao novo propósito da companhia, também definimos em 2022 a nossa estratégia de sustentabilidade, focando na forma pela qual buscaremos harmonizar os objetivos do negócio com desafios prementes da sociedade. É como devemos construir um futuro melhor para nosso negócio, para as pessoas e para o meio ambiente. Essa estratégia foi estruturada em cinco compromissos de nossa visão e objetivos de ESG.

Ao longo de 2023, continuaremos empenhados em atuar como uma nova empresa, reconhecida pela visão única de negócio, pela integração de processos e sistemas, pela eficiência operacional, pelo compromisso com a descarbonização da economia, por resultados cada vez mais sustentáveis, em linha com os pilares desta nova cultura empresarial consolidada. Estamos preparados para novos ciclos de transformação e esperamos que esteia ao nosso lado nessa jornada.

Antonio Carlos Moreira Turqueto

Presidente do Conselho de Administração e da Copa Energia

1. A COPA ENERGIA

A empresa resulta da integração de duas marcas potentes no mercado de energia, Copagaz e Liquigás, que alcançaram a liderança na oferta de engarrafamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP), chegando a 24,6% de Market share total no ano de 2022.

A escala da operação pode ser traduzida em alguns números. A Copa Energia atende 24 estados brasileiros e o Distrito Federal e, ao fim de 2022, sua estrutura contava com 54 unidades, sendo 24 Centros Operativos e 30 Depósitos Avançados.

Mais do que a junção de duas grandes operações, a Copa Energia reúne mais de 60 anos de história, Copa Energia reforça sua orientação para inovação e novas tecnologias, buscando desenvolver das suas emissões de escopo 1 e 2. soluções cada vez mais eficientes e sustentáveis.

História das empresas

As companhias integradas na Copa Energia reúnem décadas de história no setor de GLP brasileiro. Conheca uma síntese das trajetórias das duas organizações antes da criação da Copa Energia:

- Grande (MS) para São Paulo (SP) em 1984 e iniciou sua expansão pelo Brasil nos anos seguintes, ajuda a pessoas em situação de vulnerabilidade Em 2011, tornou-se uma sociedade anônima de capital fechado, consolidando-se naquela mesma Com a fusão entre a Copagaz e a Liquigás, a su Liquigás, a Itaúsa passou a fazer parte do capital social da companhia.
- Liquigás Chegou ao Brasil em 1953, trazendo da Itália seus primeiros botijões para envase de valor para todos os seus públicos de interesse. GLP, estabelecendo sua sede em São Paulo e sua primeira operação de envase e distribuição na
 4. RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS Refinaria de Mataripe, em Salvador (BA). Na década de 60, inaugurou o seu Centro Operativo de Capuava, em Mauá (SP). Nos anos 70 e 80, adquiriu a Heliogás e, visando a expansão para o 4.1 Copa Energia em números recipientes de 13 kg. Nos anos 2010, desenvolveu o Projeto Rio para aumentar a sua participação total incorporação da Liquigás à Copa Energia: no Rio de Janeiro. Na mesma década, lançou produtos inovadores como o Purogas e o Flexgas. Em 2020 foi adquirida pela Copagaz.

1.2 Portfólio de produtos e soluções

O principal produto para o segmento residencial é o botijão de 13 kg (P13), que é o mais usado nas casas dos brasileiros, conhecido como gás de cozinha. Ele é fácil de manusear, o que permite a sua substituição de forma ágil e simples. Tudo com a máxima segurança e qualidade, já que os botijões passam por inspeções técnicas frequentes.

Embora o uso do GLP nas residências seia mais conhecido na coccão de alimentos (abastecendo fogões, fornos e cooktops), há outras possibilidades de uso como aquecimento de água em chuveiros e torneiras, secadora de roupa e climatização de ambientes internos e externos.

O GLP é um combustível de alto poder energético, fácil transporte e armazenamento, e excelente qualidade de queima. Sua versatilidade permite que seja adaptado a diferentes necessidades de clientes empresariais, nos mais variados segmentos. O abastecimento nesse segmento ocorre por meio de caminhões-tanque, de forma segura e personalizada. Veja a seguir algumas das utilizações do Ativo por empregado (R\$ mil)

- GLP para o agronegócio Na produção agrícola, o uso de GLP garante flexibilidade, segurança e custos reduzidos. Ele pode ser aplicado na secagem e torrefação de grãos (reduzindo o tempo de Receita líquida de venda: secagem e sem alterar o sabor), piscicultura, aquecimento em aviários e estufas (com controle Em 2022, a receita líquida de vendas totalizou R\$ 11.741,1 milhões. O volume de GLP comercializado preciso da temperatura, o que evita acidentes e perda de produção) e muitas outras atividades.
- industriais, padarias, supermercados, lavanderias, hotéis, clubes, academias e hospitais. É utilizado baixa renda. para climatização de ambientes, secagem de roupas, aquecimento de água, esterilização de Custo dos produtos e serviços vendidos obietos, cocção de alimentos, entre outras finalidades.
- necessidade de aquecer, moldar, fundir etc. O GLP é comumente aplicado em fornos siderúrgicos, secagem de papel em gráficas e empresas de papel e celulose, secagem na cabine de pintura Despesas operacionais automotiva, secagem de tecidos para a indústria têxtil, pasteurização e preparo de alimentos, As Despesas operacionais do ano totalizaram R\$ 1.090,1 milhões, 9,1% da receita líquida de vendas. conformidade, destacam-se: secagem em cerâmica e fundições, fundição e moldagem de vidros, entre outras aplicações.

Flexgas

Um combustível formado a partir da mistura de GLP com ar, diminuindo seu poder energético até atingir características de queima equivalentes ao Gás Natural (GN), permite que se utilize qualquer um Resultado financeiro líquido dos dois combustíveis sem a necessidade de intervenções operacionais.

O Brasil é um dos maiores mercados de cosméticos do mundo. E para abastecer esse vasto mercado,

Devido ao seu alto grau de pureza, é utilizado pelos diversos fabricantes de: desodorantes, cosméticos, produtos alimentícios, medicamentos, desodorizadores de ambiente, inseticidas entre outros produtos.

1.3 Propósito, Aspiração, Valores

Com o nascimento da Copa Energia, a Visão e a Missão empresariais foram revisadas e substituídas - Lajida ou Ebitda (em inglês, earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) alcançou demandas junto às áreas da Copa Energia, com o objetivo de promover o bom atendimento e contribuir por Aspiração e Propósito, elementos que definem a visão de futuro e a razão de existir da organização, em 2022, R\$ 890,8 milhões 7,6% da receita líquida de vendas. com o intuito de facilitar e inspirar o relacionamento com todos os públicos estratégicos. Além disso, foram atualizados os Valores organizacionais e criado um Manifesto, que traduz o conceito e os compromissos da nova marca.

Energizar vidas e negócios de forma sustentável

Liderar as mudanças na matriz energética, do Brasil para o mundo, a partir de soluções sustentáveis, confiáveis e que tragam resultados sólidos

- Determinação: Contagiamos positivamente pessoas e negócios com nossa vontade de fazer e A Copa Energia em 2022 registrou o aumento de 16,5% em relação ao ano de 2021 no Valor Adicionado
- Parceria: Estabelecemos relações sólidas com clientes, colaboradores e fornecedores. Trabalhamos em colaboração na construção dos nossos objetivos buscando impacto positivo em tudo aquilo
- Respeito: Valorizamos a vida por meio da segurança e do respeito com as pessoas e com o meio (Retenção de Lucros) da Lei 6.404/1976. ambiente. Tratamos as pessoas como gostaríamos de ser tratados. É assim que construímos um ambiente íntegro, diverso e inclusivo.
- Inovação: Nascemos do espírito de empreendedores. Mantemos essa natureza no nosso DNA. nos fora da caixa em busca de soluções e testamos novos jeitos de fazer.

2 1 Reorganização societária

Com objetivo de gerar benefício na gestão administrativa, financeira e operacional em outubro de 2022 a Companhia aprovou a cisão parcial da Liquigás Distribuidora S.A., de 7 (sete) unidades e a incorporação do acervo cindido pela Copa Energia Distribuidora de Gás S.A., sendo seguida pela incorporação total dos demais acervos da Liquigás Distribuidora S.A. em novembro de 2022. A incorporação da controlada reflete a simplificação da estrutura societária.

e mais de 4.000 indiretamente

50,9% na comparação com 2021), com uma Margem Ebitda de 7,6%. Adicionalmente, nosso transação grandiosa. Para que fosse bem-sucedida, a Copagaz buscou parceiros, que deram origem a A gestão de capital da Copa Energia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em endividamento traduzido pelo índice de Dívida Líquida/Ebitda fechou em 2,1x em 2022, indicando uma um grupo comprador com Itaúsa e a Nacional Gás Butano (NGB). A Itaúsa entrou no grupo para se níveis adequados, visando a continuidade do seu negócio e o aumento de valor para os acionistas.

companhias da América Latina, bem como na liderança do mercado de GLP brasileiro. Não por acaso, O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), responsável por regular a concorrência saltamos da 374º para a 100º posição no ranking de maiores empresas da revista Valor Econômico (Valor entre as empresas, teve um papel fundamental para o desenho da transação. Após um estudo minucioso sobre a presença de cada empresa nos estados, e buscando um cenário saudável e Nesse contexto de transformações, avaliamos profundamente o cenário energético global, que competitivo, o órgão definiu as áreas onde ocorreria as concentrações, portanto, locais onde a Copagaz deveria ceder parte do market share às congêneres, contemplando seus colaboradores, fornece e base de clientes. Esse processo de transferências e desinvestimentos foi finalizado em 2021.

mantendo como diferencial o seu histórico de bom relacionamento com os clientes



3. ACÕES DE IMPACTO AMBIENTAL E SOCIAL

Para consolidar a importância do tema na Companhia, no ano de 2022 foi elaborada e divulgada a 5. GOVERNANÇA CORPORATIVA Estratégia de Sustentabilidade Corporativa, trabalho que trouxe a questão das mudanças climáticas

Realizamos revisão e análise crítica do inventário de emissões de GEE (Gases Efeito Estufa) por meio de uma consultoria especializada. Ciente de sua responsabilidade enquanto a maior distribuidora de GLP da América Latina, a Copa Energia realiza e divulga anualmente o seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Além disso, a Copa Energia é signatária do Pacto Global da Nações 5.1 Estrutura de governança experiência, conhecimento e inspiração para transformar o mercado de gás e energia. Dessa forma, a Unidas no Brasil e aderiu voluntariamente ao Movimento Ambição Net Zero 2030, que visa a redução

> A Copa Energia é mantenedora da Fundação Ueze Zahran, atuante em Campo Grande/MS. O Conselho de Administração também assumiu o compromisso de constituir três comitês não A Fundação conta com diversos projetos, com destaque para Orquestra Infanto Juvenil Grupo Zahran, Orquestra Infantil Indígena de Campo Grande, Bolsas de Estudos e Cursos de Informática.

• Copagaz - Foi fundada por Ueze Elias Zahran em Campo Grande (MS) em 1955 e recebeu No ano de 2022, a Copa Energia lançou o primeiro Programa de Voluntariado Corporativo - Energia Conheça a seguir a composição dos referidos órgãos de governança corporativa, com seus respectivos autorização para distribuição de GLP dois anos depois. Construiu sua primeira unidade Voluntária. Nesse primeiro ano, o projeto foi implantado na matriz e será expandido gradativamente prazos de mandato: engarrafadora na capital paulista no bairro de Socorro, em 1961. Transferiu sua sede de Campo para as demais unidades da Copa Energia. Já foram realizadas acões em diversas instituições de

década como a quinta maior empresa de distribuição de GLP do País. Em 2020, com a aquisição da significativo, embasando toda a atuação da Copa Energia como uma companhia comprometida com o Brasil e com a perspectiva de um ambiente empresarial portador de maiores propósitos de geração de

Nordeste, a Novogás. Ingressou no segmento de distribuição de combustíveis nos anos 90. Em 2004 A seguir apresentamos um quadro resumo dos principais números que compõem os resultados Lavinia Rocha de Hollanda a empresa passou a integrar o sistema Petrobras e conquistou a liderança no mercado de GLP de financeiros consolidados da operação das duas marcas (Copagaz e Liquigás) no ano de 2022 com a Vicente Furletti Assis

Descrição	2021	2022						
Resultados (R\$ milhões)								
Volume vendido total (em tonelagem mil)	1.856,0	1.821,1						
Receita líquida das vendas	10.172,1	11.741,1						
Lucro Líquido (LL)	198,9	300,1						
Ebitda	590,4	890,8						
Margens								
Margem Líquida	2,0%	2,6%						
Margem Ebitda	5,8%	7,6%						
Dados Financeiros (R\$ milhões)								
Ativo Total (AT)	4.977,0	5.231,1						
Patrimônio líquido (PL)	1.675,2	1.931,5						
Indicadores de Produtividade								
Empregados (nº)	3.977	3.755						
Lucro Líquido por empregado (R\$ mil)	50,0	79,9						
Ativo por empregado (R\$ mil)	1.251,4	1.393,1						

4.2 Desempenho econômico-financeiro

em 2022 foi menor do que em 2021, reflexo da retração do mercado, principalmente no mercado • GLP para comércios - Pode ser utilizado em diversos estabelecimentos comerciais, como cozinhas residencial, devido a inflação e taxa de juros em alta influenciando o poder de compra das famílias de

• GLP para indústrias - Há soluções ideais para diversos tipos e tamanhos de indústria em que há vendas influenciado pela movimentação dos preços de matéria-prima nas refinarias.

A Administração da Copa Energia realiza esforços contínuos para a redução das despesas, revisão da Programa de Compliance: composta por processos de prevenção, detecção e correção de não estrutura organizacional e maior eficiência operacional com vistas a melhoria dos resultados para os conformidades.

O Resultado financeiro líquido foi uma despesa líquida de R\$ 309,6 milhões, decorrente principalmente dos encargos financeiros remuneratórios das dívidas contraídas para a aquisição da Liquigás.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

dos tributos, e considerando as alíquotas previstas pela legislação.

			ı
Ebitda em R\$ milhões	2021	2022	ŀ
Lucro Líquido (LL)	198,9	300,1	t
Resultados Financeiros Líquidos	165,6	309,6	1
IRPJ e CSLL	42,0	126,8	(
Depreciação e Amortização	183,9	154,3	(
Ebitda*	590,4	890,8	(

* Calculado conforme Resolução CVM 156/2022 que revoga instrução CVM 527/2012.

4.3 Demonstração do Valor Adicionado

acontecer. Superamos os obstáculos, pois acreditamos nos nossos sonhos e tornamos cada um a Distribuir, pela sinergia operacional encontrada entre as duas empresas (Copagaz e Liquigás).

De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela Copa Energia no ano, R\$ 0,11 foi distribuído entre diferentes stakeholders: empregados e administradores (remuneração e benefícios); governo (tributos); terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis); acionistas (dividendos) e retidos na forma de reservas de parte do lucro do exercício conforme estabelecido pelos artigos 193 (Reserva Legal) e 196

Valor Adicionado em R\$ milhões	2021	2022
Receitas	10.583,5	11.834,3
Insumos adquiridos de terceiros	(9.389,2)	(10.158,8)
Valor Adicionado Bruto	1.194,3	1.675,4
Retenções (depreciação e amortizações)	(182,0)	(154,3)
Valor Adicionado Líquido produzido pela Cia.	1.012,3	1.521,2
Valor Adicionado recebido em transferência	95,3	(230,4)
Valor Adicionado a Distribuir	1.107,6	1.290,7

Distribuição do Valor Adicionado em R\$ milhões	20	202	2022		
Empregados	656,1	59,2%	648,8	50,3%	
Governo	196,7	17,8%	275,9	21,4%	
Terceiros	55,8	5,0%	65,9	5,1%	
Acionistas	47,2	4,3%	65,9	5,1%	
Lucros Retidos	151,7	13,7%	234,3	18,1%	
Valor Adicionado Distribuído	1.107,6	100,0%	1.290,7	100,0%	
Valor Adicionado Distribuído/Receitas	0,	10	0,1	1	

tornar sócia e a NGB para concretização da compra, respeitando as normas de livre concorrência. O endividamento líquido calculado por meio da soma do endividamento de curto e de longo prazo, subtraído de caixa e equivalentes de caixa foi superior ao caixa e equivalentes em R\$ 1.832.8 milhões. O saldo da Dívida Bruta, ao final do exercício de 2022, foi de R\$ 2.107,8 milhões. Cerca de 96% desse montante estão relacionados às Debêntures emitidas pela companhia (2ª e 4ª emissões), que têm cronograma de amortização até 2030.

O saldo restante (4%) é composto por operações/captações (Finame, Capital de Giro e Operação)

Endividamento Líquido em R\$ milhões	2021	2022
Empréstimos e financiamentos Curto Prazo	207,7	356,1
Empréstimos e financiamentos Longo Prazo	2.018,9	1.751,7
Dívida Bruta	2.226,6	2.107,8
Caixa e equivalentes de caixa	(70,6)	(275,0)
Dívida Líquida	2.156,0	1.832,8
Endividamento líquido/Ebitda	3,7	2,1
Endividamento líquido/(Endividamento líquido + PL)	56,3%	48,7%

Em 2022, o montante de investimentos (CAPEX) realizado na Copa Energia foi de R\$ 130,1 MM e foram distribuídos da seguinte forma:

- Investimentos voltados para manter, modernizar, ampliar e adequar a infraestrutura operacional. equipamentos de transporte e frota de distribuição de GLP e outros nas unidades de negócio da companhia (Centros Operativos e Depósitos).
- Investimentos para novos negócios, adequar, ampliar e manter instalações de centrais GLP granel em clientes.
- Investimentos voltados para garantir a requalificação e distribuição de GLP por meio da reposição de botiiões/vasilhames.
- · Investimentos para manter a infraestrutura de bens móveis com as condições necessárias para prestar suporte administrativo adequado ao negócio.
- · Investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos usos do GLP e Purogas

A Copa Energia reconhece a importância de uma governança corporativa bem estruturada e eficiente, que garanta princípios fundamentais como a ética, a transparência, a equidade e o cumprimento da lei. As boas práticas nessa área preservam o melhor interesse da companhia e de seus acionistas, bem como agregam valor à sociedade, propiciando sucesso, crescimento e perpetuidade

Pedro João Zahran Turqueto

Em 23 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) revisou o Estatuto Social e deliberou sobre a criação do Conselho de Administração (CA) e a eleição dos seus membros

deliberativos de funcionamento permanente: o Comitê de Pessoas e Remuneração. Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças. Os dos primeiros foram criados e implementados em 2021 e o último em 2022, e seus membros têm mandato unificado com o CA

Diretoria - Mandato até 31 de Julho de 2023

Antonio Carlos Moreira Turqueto	Diretor Presidente					
Eduardo Elias Zahran Filho	Diretor					
Pedro João Zahran Turqueto	Diretor					
Conselho de Administração - Mandato até 15 de Fevereiro de 2025						
Antonio Carlos Moreira Turqueto Presidente do Cons						
Alfredo Egydio Setubal	do Egydio Setubal Membro do Conselh					
Jairo Eduardo Loureiro Filho	Membro do Conselh					

Membro do Conselho

Membro do Conselho

Membro Suplente do Conselho

Membro Suplente do Conselho

Guilherme Setubal Souza e Silva Membro Suplente do C								
Comitê de Finanças - Mandato até 23 de Dezembro de 2022								
Pedro João Zahran Turqueto	Presidente							
Jairo Eduardo Loureiro Filho	Membro							
Marcos Mattar Mesquita	Membro							
Bárbara Nogueira Gaspar	Secretária							
Stefanie Samaan	Secretária Adjunta							

Comitê de Auditoria - Mandato até 23 de Dezembro de 2022							
Henri Penchas	Presidente						
Jairo Eduardo Loureiro Filho	Membro						
Luciano Dequech	Membro						
Cleber Hideki Hamada	Membro						
Priscila Grecco Toledo	Membro e Secretária						

Comitê de Pessoas - Mandato até 23 de Dezembro de 2022						
Pedro João Zahran Turqueto	Presidente					
Ricardo Mendes de Paula	Membro					
Rodolfo Villela Marino	Membro					
Claudia Meirelles	Membro					
Luciano Dequech	Secretário					

Estrutura que engloba a gestão de riscos, controles Internos, integridade, ouvidoria e LGPD, vinculada O Custo dos produtos e serviços vendidos totalizou R\$ 9.916,6 milhões, 84,0% da receita líquida de ao Conselho de Administração e tem como objetivo promover, acompanhar e aprimorar o desempenho global na busca permanente da excelência empresarial e em sintonia com as melhores práticas e os instrumentos de gestão disponíveis no mercado, de forma a assegurar a conformidade empresarial e mitigar os riscos nas atividades da Copa Energia. Entre os principais mecanismos para garantir a

Política de Compliance: estabelece e divulga as diretrizes que norteiam a gestão de compliance para sua aderência às leis, regulamentações internas ou externas, princípios, práticas de conformidade e

Canal de Denúncias: como parte do Programa de Compliance da Copa Energia utiliza o canal de

denúncias, por meio de empresa terceira e independente, para registro de temas relacionados a fraude, corrupção, assédios, conflitos de interesses entre outros, de forma de ampliar o foi desenvolvido o Purogas, gás para aerossóis livre de impurezas, odor e umidade, produzido com O valor apurado foi R\$ 126,8 milhões o que corresponde a uma alíquota efetiva de 29,7% do Lucro comprometimento com a transparência e a ética, protegendo os denunciantes e testemunhas de antes dos Impostos. O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base eventual retaliação. As apurações são realizadas por meio de estrutura própria da área de Riscos e no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento Compliance. Em 2022 foi realizada a unificação dos Canais para o https://aloetica.com.br/copaenergia. Ouvidoria: estabelecida e estruturada para assegurar que os públicos internos e externos possam acionar um canal de segunda instância, caso se sintam insatisfeitos com o retorno dado pelas áreas de O lucro antes do resultado financeiro líquido, dos tributos sobre o lucro e da depreciação e amortização atendimento da companhia. Este é mais um canal de comunicação para tratar de maneira imparcial as

> LGPD: a área de Riscos e Compliance também é responsável por monitorar o cumprimento das políticas e diretrizes relacionadas à proteção de dados pessoais. Por este motivo é importante que odos compreendam que a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018) veio para egular as atividades relacionadas ao tratamento de dados pessoais, definindo limites e condições para coleta, guarda e tratamento dessas informações, protegendo-os a partir de direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

> Gestão de Riscos e Controles Internos: a Copa Energia mantém sistemas de controle interno com o objetivo de salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e a confiabilidade das informações financeiras e, assim, promover aderência à legislação e às políticas.

Total do ativo



◆ copagaz **◆** liquigás

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021									
				(Em milha	res de reais)				
			Controladora	Consolidado				Controladora	Consolidado
Ativo	Nota	2022	2021	2021	Passivo	Nota	2022	2021	2021
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	274.963	32.851	70.594	Fornecedores e contas a pagar	11	242.420	142.457	177.580
Contas a receber de clientes,					Empréstimos e financiamentos	13	356.122	165.649	207.715
líquidas e outros recebíveis	6	491.992	108.671	440.097	Salários, férias e encargos	12	110.043	33.541	94.599
Estoques	7	174.811	57.261	149.165	Arrendamentos	14	49.919	8.482	38.473
Dividendos a receber	15.1.1	126	42.806	-	Imposto de renda e contribuição social	16.1	-	_	4.503
Imposto de renda e contribuição social	16.1	14.323	23.059	23.130	Impostos e contribuições	16.4	14.934	12.414	32.933
Impostos e contribuições	16.4	99.429	24.486	95.867	Dividendos a pagar	15.1.1	65.866	47.239	47.239
Despesas antecipadas		14.981	3.607	16.750	Adiantamentos de clientes		44.201	941	14.287
Outros ativos		9.032	915	10.889	Provisão para plano de assistência médica	17.1	9.839	2.708	5.879
		1.079.657	293.656	806.492	Outras contas e despesas a pagar		24.764	3.590	20.666
					Passivo debranding		75.664		30.000
							993.772	417.021	673.874
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Salários, férias e encargos	12	22.961	1.496	1.832
Contas a receber clientes, líquidas	6	36.162	_	38.940	Empréstimos e financiamentos	13	1.751.682	2.018.887	2.018.887
Cauções e depósitos judiciais	24.2	65.029	4.640	65.281	Arrendamentos	14	199.705	88.767	208.255
Imposto de renda e contribuição social	16.1	13.161	_	11.896	Mútuos a pagar para partes relacionadas	15.1.1	487	_	529
Impostos e contribuições	16.4	91.547	25.158	74.495	Impostos e contribuições	16.4	526	522	522
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	7.101			Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1		13.030	2.604
Despesas antecipadas		1.512	446	2.179	Provisão para plano de assistência médica	17.1	171.023	60.158	141.070
Outros ativos		5.726		3.133	Provisão para processos judiciais	24.1	133.289	8.661	162.398
Total do realizável a longo prazo		220.238	30.244	195.924	Outras contas e despesas a pagar		26.098	131	25.269
					Passivo debranding				66.579
	_				Total não circulante		2.305.771	2.191.652	2.627.945
Investimentos	8	23.689	3.667.764	23.394	Total do passivo		3.299.543	2.608.673	3.301.819
					Patrimônio líquido	19			
Imobilizado	9.1	1.860.167	270.381	1.889.960	Capital social		435.588	435.588	435.588
					Reservas de capital		1.047.085	1.047.085	1.047.085
Intangível	10.1	2.047.311	21.811	2.061.232	Reservas de lucros		437.923	173.461	173.461
		4.151.405	3.990.200	4.170.510	Ajuste de avaliação patrimonial		31		
					Outros resultados abrangentes		10.892	19.049	19.049
							1 031 510	1 675 183	1 675 183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

<u>5.231.062</u> <u>4.283.856</u> <u>4.977.002</u> Total do passivo e patrimônio líquido

		Reservas de capital Res		eservas de i	ucros						
			Ágio na	Deságio na			Reserva	Lucros	Ajuste de	Outros	
		Capital	subscrição	transação	Reserva	Incentivos	de retenção	(prejuízos)	avaliação	resultados	
	Nota	social	de ações	de capital	legal	fiscais	de lucros	acumulados	patrimonial	abrangentes	Total
Em 31 de dezembro de 2020		432.788	1.042.566		16.235		5.564			(4.407)	1.492.746
Aumento de capital com emissão de ações (Itaúsa)		2.800	-	_	_	_	_	_	_	_	2.800
Ágio na subscrição de ações (Itaúsa)		_	18.172	_	_	_	_	_	_	_	18.172
Mudança na participação relativa da controlada		_	_	(13.653)	_	_	_	_	_	_	(13.653)
Participação nos outros resultados abrangentes de coligadas		_	-	_	_	_	_	_	_	14.707	14.707
Ajuste avaliação patrimonial - ganhos atuariais líquidos		_	_	_	_	_	_	_	_	8.749	8.749
Lucro líquido do exercício	19.3	_	_	_	_	_	_	198.901	_	_	198.901
Destinações:											
Apropriações em reservas	19.3	_	_	_	9.945	_	141.717	(151.662)	_	_	_
Dividendo obrigatório	19.3							(47.239)			(47.239)
Em 31 de dezembro de 2021		435.588	1.060.738	(13.653)	26.180		147.281			19.049	1.675.183
Incentivos fiscais SUDENE e Reserva de reavaliação coligadas -											
Incorporação da Liquigás		_	_	_	_	34.089	(34.127)	_	38		_
Constituição de reserva conforme											
Assembleia Geral Ordinária de 08/08/2022		_	_	_	_	_	30.239	_	_	_	30.239
Realização da reserva de reavaliação em coligadas		_	_	_	_	_	_	7	(7)	_	_
Ajuste avaliação patrimonial - ganhos atuariais líquidos		_	_	_	_	_	_	_	_	(8.157)	(8.157)
Lucro líquido do exercício	19.3	_	_	_	_	_	_	300.120	_	_	300.120
Destinações:											_
Apropriações em reservas	19.3	_	_	_	15.006	21.650	197.605	(234.261)	_	_	_
Dividendo obrigatório	19.3							(65.866)			(65.866)
Em 31 de dezembro de 2022		435.588	1.060.738	(13.653)	41.186	55.739	340.998		31	10.892	1.931.519
	As no	tas explica	ativas são part	e integrante d	as demons	trações conta	ábeis				
	AS no	tas explica	itivas sao part	e integrante d	as demons	trações conta	apeis				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os acervos líquidos cindidos foram os seguintes

A Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. ("Companhia"), (atual denominação da Copagaz Distribuidora de Gás S.A.) com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, Torre C, 29º andor, conjuntos 2901, incrementais de cumprimento des 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá *Corporate Towers*, São Paulo (SP), controlada pela Itaúsa diretamente ao cumprimento dele. S.A., tem por objetivo social a exploração do comércio de gás liquefeito de petróleo - GLP, que abrange o engarrafamento e a distribuição, bem como a comercialização de derivados do petróleo, a prestação de serviços em geral correlatos, inclusive a requalificação de recipientes transportáveis, o envase e o *Aprimoramentos anuais - Ciclo 2018-2020: carregamento de GLP às empresas congêneres, o comércio de mercadorias e instalações relacionadas (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. qualquer natureza no país ou no exterior como sócia, acionista ou cotista.

1.1. Principais eventos ocorridos em 2022 Reorganização societária - cisão parcial e incorporação de controlada

Em 31 de outubro de 2022 a Companhia aprovou a cisão parcial da Liquigás Distribuidora S.A., de 7 (sete) unidades: Fortaleza/CE, Natal/RN, Uberlândia/MG, Rio Largo/AL, Mossoró/RN, Montes Claros/MG e Governadores Valadares/MG, com a consequente incorporação da parcela cindida pela Companhia. A proposta de cisão parcial se justifica pela necessidade de segregação parcial dos elementos que constituem o patrimônio da cindida, com a transferência para a Companhia de elementos do patrimônio da cindida, sem o comprometimento do bom andamento dos respectivos negócios sociais

O critério de avaliação do patrimônio líquido da Liquigás Distribuidora S.A. na cisão parcial foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 31 de agosto de 2022, conforme laudo de avaliação emitido por auditor independente e aprovado em Assembleia Geral A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os Extraordinária (AGE) de 31 de outubro de 2022.

Ou doct voo tiquidoo ottididoo totatii oo			31 de
	31 de		
	agosto		agosto
Ativo	de 2022	Passivo	de 2022
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	54.807	Fornecedores e contas a pagar	58.117
Contas a receber de clientes,		Salários, férias e encargos	4.916
líquidas e outros recebíveis	294.128	Arrendamentos	2.053
Estoques	8.117	Impostos e contribuições	106
Impostos e contribuições	566	Adiantamentos de clientes	2.338
Despesas antecipadas	49	Outras contas e despesas a pagar	127
Outros ativos	802		67.657
	358.469		
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Arrendamentos	5.874
Contas a receber clientes, líquidas	4.562	Outras contas e despesas a pagar	1.135
Impostos e contribuições	10.410		7.009
	14.972		74.666
Imobilizado	72.791	Acervo líquido	371.566
	87.763		371.566
Total do ativo	446.232	Total do passivo e acervo líquido	446.232
O acervo líquido efetivamente incorp	orado em 3	31 de outubro de 2022 foi de R\$ 251.	282.873,01,

variação negativa de R\$ 120.283.438,28 do valor base do balanço patrimonial encerrado em 31 de agosto de 2022, conforme Nota explicativa nº 8. A variação negativa é decorrente da movimentação ocorridas entre os meses da emissão do laudo e data efetiva da cisão parcial Em 30 de novembro de 2022, foi realizada a incorporação total da Liquigás Distribuidora S.A., tendo

como efeito a extinção da controlada incorporada. A incorporação total da controlada, conforme protocolos e justificação de incorporação constantes nos

atos societários trará consideráveis benefícios, de ordem administrativa, econômica e financeira, em especial, a racionalização e simplificação de sua estrutura societária e, consequentemente, consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas, permitindo a captação de sinergias Após a incorporação o ágio de rentabilidade futura passará a ser realizado fiscalmente em 60 m conforme Nota explicativa nº 16.2.

O critério de avaliação do patrimônio líquido da Liquidás Distribuidora S.A. na incorporação foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de sete 2022, conforme laudo de avaliação emitido por auditor independente e aprovado em AGE de 30 de

Os acervos líquidos incorporados foram os seguintes:

	30 de		30 ae					
	setembro		setembro					
Ativo	de 2022	Passivo	de 2022					
Circulante		Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	64.251	Fornecedores e contas a pagar	81.304					
Contas a receber de clientes,		Salários, férias e encargos	85.014					
líquidas e outros recebíveis	381.315	Arrendamentos	32.882					
Estoques	82.068	Imposto de renda e contribuição social	57.531					
Imposto de renda e contribuição social	1 1	Impostos e contribuições	10.320					
Impostos e contribuições	85.895	Adiantamentos de clientes	16.381					
Despesas antecipadas	14.452	Provisão para plano de						
Outros ativos	15.953	assistência médica	3.171					
	643.935	Outras contas e despesas a pagar	14.820					
			301.423					
Não circulante		Não circulante						
Realizável a longo prazo		Salários, férias e encargos	13.856					
Contas a receber de clientes,		Arrendamentos	114.734					
líquidas e outros recebíveis	35.545	Mútuos a pagar para						
Cauções e depósitos judiciais	59.915	partes relacionadas	487					
Imposto de renda e contribuição social	12.804	Imposto de renda e contribuição						
Impostos e contribuições	51.237	social diferidos	15.321					
Despesas antecipadas	1.691	Provisão para processos judiciais	42.788					
Outros ativos	4.411	Provisão para plano de						
	165.603	assistência médica	84.998					
		Outras contas e despesas a pagar	24.534					
Investimentos	13.895		296.718					
Imobilizado	826.272		598.141					
Intangível	61.810	Acervo líquido	1.113.374					
_	1.067.580		1.113.374					
Total do ativo	1.711.515	Total do passivo e acervo líquido	1.711.515					
O acervo líquido efetivamente incorpo	rado em 30	de novembro de 2022 foi de R\$ 1.338.	544.182,08,					
variação positiva de R\$ 225.169.941,95 do valor base do balanço patrimonial encerrado em 30 de								

setembro de 2022, conforme Nota explicativa nº 8. A variação positiva é decorrente da movimentação ocorridas entre os meses da emissão do laudo e data efetiva da incorporação total.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 contemplam o resultado de 12 meses de operações da Copagaz somados ao

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

resultado de 11 meses (janeiro a novembro de 2022) de operações da Liquigás.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de marco de 2023.

2.1. Base de mensuração As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicada, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas e/ou recebidas em troca de bens e serviços. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Copa Energia é apresentado na Nota

2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022

• Alteração CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo

A provisão para perdas ou obsolescência é constituída quando necessário (Nota explicativa nº 7). preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no O estoque de recipiente transportável é classificado como estoque de revenda tem a sua receita

Alteração CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam • Alteração CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da

estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

para análise de baixa de passivos financeiros.

(ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do

arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) CPC 37 "Adocão Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a

aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e da sua controlada. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

ercícios apresentados nestas demonstrações contábeis Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são entados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, denósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e

com risco insignificante de mudança de valor. 3.3. Ativos financeiros

Classificação A Companhia

 Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os

termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:
• Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria: e

Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em ros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos

de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem:

• Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA: Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e

Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de divida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para destão de tais ativos é alterado

A Companhia realizou a avaliação da determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, com base nos fatos e circunstâncias na data das transações. Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa estejam vencidos ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e beneficios da propriedade. Redução do valor recuperável de Ativos financeiros (*impairment*)

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou ogrupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de ce dato plazo por misio acumato de mante a provinción de porte de porte de cercificio histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforcos excessivos

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Desta forma, após os estudos foi definido como política de perda incorrida a taxa de inadimplência

histórica de cada um dos clientes da Companhia. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte

Hierarquia de valor iusto financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: precos cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não

em baseados em dados observáveis no mercado 3.4. Contas a receber de clientes e outros recebíveis As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias e de 3.9. Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro

prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário são classificadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente

mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota

explicativa no 6.1). A mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais está demonstrada na Nota explicativa nº 6 de acordo com a norma CPC 48.

Os valores denominados como "outros recebíveis" composto basicamente de alienação de ativos

imobilizados.

O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 20 dias, não havendo, portanto, comp

3.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

(Em minares de reais)									
			ladora		Consolidado				
	Nota	2022	2021	2022	2021				
Receita líquida das vendas	20	4.056.125	2.741.543	11.741.145	10.172.134				
Custo dos produtos e serviços	21	(3.445.680)	(2.444.057)	(9.916.648)	(8.951.313)				
Lucro bruto		610.445	297.486	1.824.497	1.220.821				
Despesas operacionais, líquidas									
Vendas	21	(256.075)	(170.863)	(711.662)	(648.547)				
Gerais e administrativas	21	(167.535)	(118.784)	(400.771)	(379.797)				
Outras receitas e despesas líquidas	22	29.857	263.765	22.322	207.214				
		(393.753)	(25.882)	(1.090.111)	(821.130)				
Lucro antes do resultado financeiro,									
participações e impostos		216.692	271.604	734.386	399.691				
Receitas financeiras	23	18.798	5.503	36.058	15.141				
Despesas financeiras	23	(329.982)	(165.074)	(354.557)	(192.479)				
Variações cambiais e monetárias, líquidas	23	3.348	7.473	8.927	11.765				
Resultado financeiro líquido		(307.836)	_(152.098)	(309.572)	(165.573)				
Resultado de equivalência patrimonial	8	350.332	89.321	2.146	1.507				
Lucro antes dos impostos		259.188	208.827	426.960	235.625				
Corrente		43.620	(25.964)	5.503	(18.120)				
Diferido		(2.688)	13.809	(132.343)	(23.888)				
Imposto de renda e contribuição social	16.3	40.932	(12.155)	(126.840)	(42.008)				
Lucro líquido proveniente de									
operações continuadas		300.120	196.672	300.120	193.617				
Lucro líquido proveniente de									
operações descontinuadas			2.229		5.284				
Lucro líquido do exercício		300.120	198.901	300.120	198.901				
Lucro básico e diluído por ação - R\$									
De operações continuadas		0,86	0,56	_	_				
De operações descontinuadas		_	0,01	_	_				
As notas explicativas são par	te inteq	rante das de	monstrações	s contábeis					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

4.977.002

4.283.856

	Nota	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		300.120	198.901	300.120	198.901
Outros resultados abrangentes:					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
(Perda)/Ganho atuarial - Plano de assistência médica	17.1	(12.359)	13.256	(12.359)	35.540
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.2	4.202	(4.507)	4.202	(12.084)
Resultado abrangente total		291.963	207.650	291.963	222.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares				2022 E	202 I
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Contro 2022	ladora 2021	Conso 2022	lidado 2021
ucro antes dos impostos, incluindo operações descontinuadas Ajustes para:		259.188	211.052	426.960	242.481
Resultado de equivalência patrimonial	8	(350.332)	(89.321)	(2.146)	(1.507)
Depreciação e amortização	21	42.701	28.215	154.304	182.440
Resultado com alienações e baixas de ativos	22	(1.878)	(5.692)	799	14.013
Baixa de arrendamento, líquida	22 23	(1.857)	4 0 4 0	(1.876)	124
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos uros sobre passivo de arrendamento	23	9.244 6.687	4.843 5.390	13.227 17.819	9.606 17.865
Rendimento sobre aplicações financeiras	23	(12.476)	J.550 —	(20.823)	(1.128)
Provisão de plano de assistência médica		(-/		(/	(-/
(benefício definido), inclui juros	17.1	18.902	6.716	28.029	15.500
Provisão para perda de ICMS a recuperar e a repassar	22	4 000		(13.242)	9.784
erdas de crédito esperadas - PCE, líquidas rovisão (reversão) para perdas em ativo imobilizado	6.1 22	1.938	5.668	6.595	7.154 (885)
rovisão para processos judiciais	22	(22.161)	14	(14.192)	12.602
Provisão perda em estoques (recipientes transportáveis)		(==:::::/	_	-	2.197
Provisão para indenizações (pensionamentos)	22	9	_	628	182
Provisão (reversão) custo remediação				(= (=)	·
de passivo ambiental	22	(010)	(005)	(549)	(37)
Atualização monetária depósitos judiciais Atualização monetária créditos tributários	24.2	(618) (1.792)	(205) (7.778)	(2.754) (3.944)	(3.594) (8.701)
Provisão de juros sobre debêntures	23	298.146	134.795	298.146	134.795
Apropriação do custo de emissão de debêntures	23	4.837	5.213	4.837	5.213
Sanho Avaliação a Valor Justo relativo					
à permuta de participações	22		(209.431)		(209.431)
Resultado alienação investimentos (Gasônia)	22	2.845	(47.663)	2.845	
klienação fundo de comércio (Paraíba) Aumento (redução) de ativos	22	_	(270)	_	(270)
Contas a receber		380.300	(23.136)	(58.557)	(120.059)
Estoques		(67.128)	(31.576)	(25.102)	
Depósitos judiciais		566	(219)	5.202	3.686
mpostos a recuperar		(3.799)	11.129	28.656	4.348
Outros ativos		13.331	(977)	2.041	(6.622)
umento (redução) de passivos ornecedores e contas a pagar		(143.614)	112.627	69.488	(23.217)
npostos, taxas e contribuições		(6.556)	1.775	(18.000)	2.268
Plano de assistência médica (benefício definido)		(2.272)	(861)	(6.475)	(5.485)
Pagamentos de contingências		(1.946)	_	(12.721)	(10.097)
Aumento de Salários e encargos sociais		(582)	2.923	36.573	2.923
Outros passivos Recursos líquidos provenientes da		31.419	(8.414)	16.889	(15.230)
atividade operacional		453.102	104.817	932.657	155.208
mposto de renda e contribuição social pagos		(14.622)	(1.800)	(98.857)	(46.105)
luxo de caixa liquido proveniente das					
atividades operacionais		438.480	103.017	833.800	109.103
Fluxo de caixa das atividades de investimentos Caixa incorporação Liquigás		268.024	_	_	_
Aquisição de imobilizado e intangível		(71.840)	(51.793)	(132.754)	(118.798)
Aumento de capital na controlada		-	(3.971)	-	(3.971)
Recebimento alienação investimentos		_	107.281	_	107.281
Pagamento debranding		(20.915)	(8.563)	(20.915)	(8.563)
ncentivo fiscal depositado /enda de imobilizado	22	0.745	07.044	- 00 400	1.128
venda de imobilizado Dividendos recebidos	8.2	9.745 42.806	27.844	22.439 1.382	79.481 2.550
Fluxos de caixa aplicados nas	0.2				
atividades de investimentos		227.820	70.798	(129.848)	59.108
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação empréstimos bancários	13	38.000	5.692	38.000	52.692
Amortização do principal e juros	13			(65.109)	
Pagamento do principal e juros - Arrendamentos Emissão de debêntures, líquido dos	14	(18.230)	(11.809)	(47.576)	(50.765)
custos de emissão		_	245.890	_	245.890
Amortização do principal e juros de debêntures		(407.898)		(407.898)	
Amortização do mútuo com partes relacionadas		_	· -	_	(226)
umento de capital		_	2.800	_	2.800
Agio na subscrição de ações		(17,000)	18.172	(17,000)	18.172
Dividendos pagos aos acionistas Fluxos de caixa aplicados nas		(17.000)	(1.855)	(17.000)	(1.855)
atividades de financiamentos		(424.188)	(200.670)	(499.583)	(208.549)
/ariação líquida de caixa e equivalentes					
de caixa no período		242.112	(26.855)	204.369	(40.338)
Caixa e equivalentes de caixa no		00.05:	F0 70-	70 -0:	440.00-
início do exercício		32.851	59.706		110.932
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		274.963 242.112	32.851 (26.855)		70.594 (40.338)
nformações complementares à demonstração			(20.000)		(40.000)
do fluxo de caixa					
Transações sobre investimentos e					

pagamento de contingências As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis 3.6. Imposto de renda e contribuição social

Transações sobre investimentos e

Venda de imobilizado - não recebido

Utilização de depósitos judiciais para

Direito de uso (arrendamentos)

financiamentos que não envolvem caixa

Aquisição de imobilizado e intangível - não pago

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

16.703

2.735

33.858

463

42.737

2.735

86.222

463

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros

3.7. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidos no resultado a menos que

estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.8. Imposto de renda e contribuição social diferidos
Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas e em outros resultados abrangentes. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de

balanco e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas

até a data do balanco. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete

o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável. 3.10. Investimentos em controlada

Nas demonstrações contábeis individuais, o investimento da Companhia em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no

patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação

reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em

quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores na controlada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua

controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanco patrimonial, se há



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. 3.21. Mensuração do valor justo

Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a Algumas práticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. As informações adicionais sobre aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de 3.22. Capital social e remuneração aos acionistas influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

Em 30 de novembro de 2022 ocorreu a incorporação total da controlada Liquigás Distribuidora de Gás S.A., conforme Nota 1.1 - Reorganização societária.

3.11. Imobilizado Reconhecimento e mensuração

Custos subsequentes

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os principais ativos da Companhia, vinculados às atividades de envase, acondicionamento e

armazenamento de GLP, são representados por Equipamentos para envase. Recipientes transportáveis e Tanques estacionários, além das edificações

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta - Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessários para que estes

sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, se pela Companhia.

- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os custos de manutenção dos recipientes transportáveis são tratados como despesas quando incorridos, pois não é possível a identificação do ativo para a correta alocação deste custo ao bem. Os custos de manutenção e requalificação de tanques e recipientes estacionários são alocados aos ativos, pois aumenta a vida útil do bem.

Quando os recipientes transportáveis, recipientes estacionários ou tanques não podem ser requalificados, estes são sucateados e baixados dos controles da Companhia.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferenca entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imbilizado, inclusive na venda de recipientes transportáveis, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesa.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente

e comparativo estão descritas na Nota explicativa nº 9. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis

No segmento de distribuição de GLP é comum a realização de cessão de recipientes transportáveis e outros equipamentos necessários a armazenagem e consumo do GLP. São celebrados contratos de cessão de uso destes ativos e marcas com os revendedores que comercializam os produtos da Companhia. Como estes bens são retornáveis, a depreciação é feita com base na vida útil econômica. Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas

por impariment, quando cascines. A montazque e dadiculad pelo medica inicia, com passe em tabas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia (Nota explicativa nº 10). É composto por direitos que incluem, principalmente, marcas, patentes, softwares e ágio na aquisição de carteira de clientes que possuem vida útil definidas. aquisição de cale de de interes que posseuri vida din delimidas.

O ativo intangível é avaliado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa em

grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC) A Nota explicativa nº 4.3 apresenta informações detalhadas sobre as UGCs da Companhia.

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*),

têm a recuperação do seu valor testada pelo menos anualmente, independentemente de haver

3.13. Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o situação financeira e os resultados da Companhia. arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado

o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do 4.2. Arrendamentos arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo arrendamento se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não

incremental (Nota explicativa nº 14).

3.14. Fornecedores e contas a pagar
Os fornecedores e contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas

pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. A Companhia não possui risco sacado (*Reverse Factoring*), portanto, não efetua qualquer divulgação adicional a respeito

3.15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os comprédimes externa de la pagar en l demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros

Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanco.

transação e são subsequentemente demonstrados ao custo amortizado. Os valores são apresentados líquidos do custo de captação (Nota explicativa nº 13).

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço. 3.17. Ajuste a Valor Presente - AVP

A Companhia não realiza ajuste ao valor presente (AVP) sobre operações a prazo com clientes e fornecedores devido à irrelevância dos valores envolvidos em decorrência do curto ciclo das operações. É realizado o AVP das obrigações relativas às indenizações (pensionamentos) decorrentes de decisões

judiciais cujo fluxo de pagamentos é ajustado a taxa equivalente à de captação de empréstimos. O cálculo de AVP é realizado para o passivo de: Atuarial conforme descrito na Nota explicativa nº 17

 Arrendamento conforme descrito na Nota explicativa nº 4.2. 3.18. Distribuição de dividendos

As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer

valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral 3.19. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pela média ponderada das ações. A Companhia não está apresentando o resultado por ação diluído, pois não possui nenhum instrumento potencialmente conversível em ações, com efeito diluidor nos termos do CPC 41 - Resultado por ação. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações

ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. 3.20. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável b) Reconhecimentos nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa nos resultados com base em metodología e práticas internas da Companhia e aprovada pelo Conselho de Administração e na Convenção Coletiva de Trabalho, A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

c) Benefícios concedidos a empregados e aposentados Compromisso atuarial de plano de assistência médica (benefício pós-emprego)

De acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho, as empresas que atuam no setor de distribuição de GLP devem manter plano de assistência médica para os atuais funcionários ainda em atividade e para aqueles que vierem a se aposentar, extensivo aos seus atuais dependentes legais, nos termos da Lei nº 9.656/1998. O compromisso atuarial com o plano de benefício de assistência médica é provisionado com base em Edi

cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano (¹), quando aplicável. As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos

médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

Veico Método de crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma Mór

unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Mudanças na obrigação de benefício definido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros Ber resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da Outro de beneficia de l'initia de l'ini obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement), quando ocorrer.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período

no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. As remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido reconhecidas em outros resultados abrangentes compreendem os ganhos e perdas atuariais, e excluem os valores considerados nos juros líquidos sobre a obrigação líquida do benefício definido.
Os ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido

resultantes de ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. (¹) Não há ativos garantidores para a liquidação da obrigação atuarial relativa ao benefício oferecido

pela Companhia e suas Controladas. d) Planos de contribuição definida

A Companhia possui o Plano de Previdência oriunda da aquisição da Liquigás (PPL) que foi implantado na modalidade de contribuição definida para os seus empregados. As contribuições são pagas para uma entidade de fundo de previdência, Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), não gerando nenhuma obrigação legal ou construtiva posterior. A Companhia contribui paritariamente para o plano de contribuição definida, por percentual baseado na remuneração do empregado, sendo essa contribuição levada ao resultado quando incorrida

as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio

com base nos limites definidos em lei e no Estatuto da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. 3.23. Outros resultados abrangentes

Compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajuste de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Esses itens são agrupados por natureza que:

 Não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período • Serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas

São classificados como outros resultados abrangentes os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ganhos e perdas atuariais, líquidos do efeito do imposto de renda e

3.24. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas

As subvenções são algumas vezes apresentadas como créditos na demonstração do resultado, quer separadamente sob um título geral tal como "outras receitas", quer, alternativamente, como dedução da despesa relacionada. A subvenção, seja por acréscimo de rendimento proporcionado ao empreendimento, ou por meio de redução de tributos ou outras despesas, deve ser registrada na demonstração do resultado no grupo de contas de acordo com a sua natureza.

3.25. Receita de contratos de clientes

O CPC 47 - Receita de contrato com clientes estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos: • Identificação de um contrato com o cliente;

Determinação das obrigações de desempenho

Determinação do preço da transação;

Alocação do preço da transação; e

• Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período, conforme atendimento das obrigações de desempenho

Vendas de produtos As receitas com a venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) são obtidas através da comercialização do montante fornecido de GLP ao cliente, que é medido por meio de equipamento de leitura, gerando um ticket de medição para aprovação do cliente. No caso de revendedores, o gás é comercializado envasado em recipientes com capacidade que variam entre 5 e 90 quilos, a receita é reconhecida com base no faturamento destes produtos.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas à avaliação segundo o CPC 47 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais onde mercadorias podem ser comercializadas com descontos os quais são substancialmente negociações promovidas pelos clientes. A receita de vendas reconhecidas nas demonstrações contábeis contempla os valores justos das ransações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações consideram valores de venda e de recebimento de clientes, revendedores ou consumidores. As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.

por impairment, quando existentes. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas As receitas com vendas de serviços são provenientes de atividades correlatas à comercialização de gás Ativo não circulante GLP às empresas congêneres e instalações de infraestrutura nos clientes para uso do GLP.

Devoluções e cancelamento Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

Descontos comerciais e negociações comerciais na venda de mercadorias A contraprestação variável está substancialmente representada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos. Essas negociações são individuais e distintas entre os clientes e podem apresentar características e naturezas complexas. Os principais acordos firmados com clientes, levam em consideração a estratégia comercial direcionada ao perfil do cliente

(varejista e atacadista). As bonificações estão atreladas ao volume de vendas, tendo como parâmetro variações das compras ais dos clientes ou previsão contratual de volumes 3.26. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem essencialmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros devidos por clientes provenientes de pagamento em atraso. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são essencialmente oriundas de empréstimos e financiamentos, arrendamento, benefícios a empregados e pelos juros incorridos pela

3.27. Custos dos produtos vendidos Os custos dos produtos vendidos são compostos por matéria-prima, insumos, impostos, fretes e gastos 6.2. Composição dos saldos das contas a receber - a vencer e vencidos (Aging) gerais de fabricação.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A seguir são apresentadas informações apenas sobre políticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a 4.1. Estoques

durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, A Companhia constitui provisões para perda nos estoques com base no giro por meio de inventário Partes relacionadas anual, adicionalmente efetua avaliação periódica para reconhecimento e mensuração da perda por obsolescência dos estoques e/ou ajuste ao valor realizável (Nota explicativa nº 7).

> puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.

A taxa incremental utilizada na Companhia para mensuração do valor presente dos arrendamentos é obtida por intermédio da curva da estrutura a termo de juros (ANBIMA), considerando a NTN-B (pós-fixada) e agregando o CDS Brasil (Credit Default Swap) à essa taxa, cuja soma resulta na taxa base de arrendamento "base". Para reproduzir o efeito dos riscos relacionados às diferentes garantias dos ativos, foi considerado no cálculo o *rating* de risco para o país (ambiente econômico em que a Companhia opera), por ser o mesmo parâmetro utilizado pelo mercado (instituições financeiras e principalmente matéria-prima (GLP, Butano e Propano), material secundário e produto acabado. Compannia operações de empréstimos e de garantias, que configura a taxa de captação da Companhia, cujo risco nunca poderá ser inferior ao do país. Assim, é feita a diferenciação por tipo de Companhia, cujo risco nunca poderá ser inferior ao do país. Assim, é feita a diferenciação por tipo de Companhia possuía estoque de derivados de petróleo em poder de Companhia possuía estoque de derivados de petróleo em poder de Companhia possuía estoque de derivados de petróleo em poder de Companhia possuía estoque de derivados de petróleo em poder de Companhia possuía estoque de derivados de petróleo em poder de companhia possuía estoque de derivados de petróleo e garantia colateral aplicando a taxa de arrendamento "base" aos bens de direito de uso com garantia

A média das taxas incrementais utilizadas para descontos dos fluxos de pagamentos durante o

Os empréstimos, financeiros e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a 4.3. Redução ao valor recuperável (impairment) Ativos não financeiros Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e

A Companhia emitiu debêntures não conversíveis reconhecidas inicialmente ao custo incorridos na contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao

seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) As perdas de valor recuperável são revertidas, exceto a perda por redução ao valor recuperável do

ágio, somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Utingás Armazenadora S.A. Liquigás Distribuidora S.A. (***)
Plenogás Distribuidora S.A. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso

ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.4. Benefícios concedidos a empregados e aposentados O compromisso atuarial e o custo com o plano de benefício definido de assistência médica deper de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão: Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde observáveis nos últimos 5 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia. Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados

devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das As análises de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitala assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na Nota explicativa nº 17.3.

4.5. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo ques cíveis, tributárias, trabalhistas, regulatórias, concorrenciais e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de sadas operações, cujas estimiladas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e

4.6. Tributos diferidos sobre o lucro

insignificante de mudança de valor.

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas dos lucros tributáveis futuros contidas no Plano de Negócios para a Companhia, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente.

Outras informações sobre tributos diferidos são apresentadas na Nota explicativa nº 16.

4.7. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas. Uma provisão é constituída com base no histórico de perdas verificadas (matriz de provisionamento)

nos últimos 12 meses, independentemente de um título estar vencido ou não. Se um cliente se torna inadimplente, todo saldo relacionado a ele está sujeito à constituição de provisão para perda (efeito vagão), sendo consideradas as garantias reais existentes nesse processo.

4.8. Vida útil estimada dos ativos Os principais ativos da Companhia, vinculados às atividades de envase. acondicionamento e armazenamento de GLP, são representados por Equipamentos para envase, Recipientes transportáveis

e Tanques estacionários, além das edificações. A vida útil destes ativos e o valor residual são revisados anualmente. Esta revisão considera indicadores técnicos definidos pelos fabricantes, a manutenção e a forma de utilização destes bens, entre outros fatores que podem influir nesta avaliação. Também é avaliada a existência de qualquer nova ocorrência que justifique a alteração das premissas utilizadas até então, para o estabelecimento da vida útil e do

valor residual dos bens. Caso as expectativas sejam diferentes das estimativas anteriores, há uma orientação para que sejam modificados os prazos de vida útil e valor residual, com a correspondente mudança de estimativa contábil.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco

		<u>Controladora</u>	Consolidado
	2022	2021	2021
Caixa	98	16	174
Bancos	7.408	958	6.272
Aplicações financeiras (i)	267.457	31.877	64.148
Total de caixa e equivalentes de caixa	274.963	32.851	70.594
(i) As aplicações financeiras são representadas por valor	es alocados	em produtos de b	aixo risco (perfil

gás adquirido de terceiros. A Companhia opera em dois segmentos distintos, clientes empresariais e conservador) como Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Compromissadas e Letras Financeiras revendedores. Para os clientes empresariais, a Companhia reconhece a receita de acordo com o (LF), com liquidez diária, buscando rentabilidade alinhada à variação do CDI. Em 2022, a rentabilidade média no final do período foi de aproximadamente 100% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LIQUIDAS E OUTROS RECEBIVEIS							
		Controladora	Consolidado				
	2022	2021	2021				
Contas a receber	558.564	105.832	495.207				
Partes relacionadas (Nota nº 15.1)	295	5.058	469				
Outros recebíveis	2.222	8.549	10.322				
	561.081	119.439	505.998				
Perdas de crédito esperadas (PCE) - clientes	(32.927)	(10.768)	(26.961)				
Total	528.154	108.671	479.037				
Ativo circulante	491.992	108.671	440.097				

liquefeito de petróleo (GLP) e contemplam a requalificação de recipientes, o envase e o carregamento de A provisão para Perdas de Crédito Esperadas (PCE) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do conglomerado econômico ao qual pertencem e as respectivas garantias reais recebidas.

A Companhia tem como procedimento rever tais provisões mensalmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de análise individual de cada cliente que compõem sua carteira.

6.1. Movimentação das perdas de credito esperadas - PCE									
		Controladora	Consolidad						
	2022	2021	2022	2021					
Saldo inicial	(10.768)	(5.212)	(26.961)	(22.246)					
Incorporação Liquigás	(20.545)	_	_	_					
Adições	(9.187)	(6.018)	(17.122)	(8.146)					
Reversões	7.249	384	10.527	1.060					
Baixas	324	_	629	1.313					
Operações descontinuadas	_	(34)	_	(68)					
Cisão		112		1.126					
Total	(32.927)	(10.768)	(32.927)	(26.961)					
Ativo circulante	(2.371)	(306)	(2.371)	(496)					
Ativo não circulante	(30.556)	(10.462)	(30.556)	(26.465)					

Controladora Consolidado 2021 Contas a 2022 Perdas de receber, líquidas receber, líquidas receber, líquidas das perdas das perdas das perdas crédito de crédito de crédito receber PCE esperadas esperadas esperadas 5.058 A Vencer 419.001 417.243 Vencidos (*): Até 3 mes 66 071 (1 479) 64 592 24 506 2.582 5.820 De 6 a 12 meses 5.710 (865)4.845 63 2.421

Acima de 12 meses 561.081 108.671 528.154 (32.927)* A Companhia não realiza provisão para PCE de títulos vencidos que possuem garantias como po exemplo imóvel.

7. ESTOQUES

Os estoques incluem produtos derivados de petróleo (em nosso poder e em poder de terceiros), terceiros no montante de R\$ 13.408 da Controladora (R\$ 8.229 da Controladora e R\$ 20.398 do Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

2022

Controladora Consolidado

continua →

l	153.676	53.966	125.966
ansportáveis para revenda	12	_	4
ndário	5.045	1.555	5.345
ado	5.884	922	9.197
onsumo	8.805	_	7.786
	1.389	818	867
	174.811	57.261	149.165
MENTOS			
		Controladora	Consolidado
s	2022	2021	2021
Coligadas	23.144	3.667.764	22.506
cais (*)	545		888
	23.689	3.667.764	23.394
fiscais líquidos de provisão para perda.			
	a mansportáveis para revenda ndário ado onsumo MENTOS IS Coligadas cais (*) fiscais líquidos de provisão para perda.	Tansportáveis para revenda 12 ndário 15.0.676 ndário 12 ndário 5.045 ndo 5.884 nosumo 8.805 ndo 13.889 ndo 174.811	153.676 53.966 33.966

Consolidado Percen-Equiva-2021 Incor-2022 2021 Particirência Patri-
 Saldo
 poração

 14
 13.15°
 monial Saldo Saldo pação 33% Liquigás Distribuidora S.A. (***) 100% 3.667.750 (1.589.827) (2.428.089) 350.166 33% 608 492 3.667.764 (1.575.523) (2.418.884) 350.332 23.689

(**) Referem-se a mais valia e ágio transferido para os grupos de imobilizado e intangí **) Em 30 de novembro de 2022 ocorreu a incorporação total da controlada Liquigás Distribuidora de Gás S.A.. A mutação da Liquigás é composta pelos valores da cisão parcial de R\$ 251.283, da incorporação total de R\$ 1.338.544 e da mais valia e ágio transferido para os grupos de imobilizado e intangível de R\$ 2.428.089, conforme Nota 1.1 - Reorganização societária.

8.1. Informações sobre investimen	itos				
				Lucro líquido	Percentual
	Capital	Ações	Patrimônio	(prejuízo)	(%) de
	subscrito	ordinárias	líquido	do período	participação
Utingás Armazenadora S.A. (1)	30.739	5.394.151	42.937	5.870	33,00% (2)
Liquigás Distribuidora S.A. (***)	331.757		1.338.544	395.808	100,00%
Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (1)	928	4.152.924	1.844	353	33,33%
Metalurgica Plus S.A. (1)	4.476	9.000	(471)	(314)	33,33%
(1) Coligadas da Liquigás.					

(2) O percentual de participação inclui a participação direta da Copagaz de 2% e indireta da Liquigás de 31%. 8.2. Mutação dos investimentos

•	Utingás	Liquigás	Plenogás	2022
No início do exercício	22.014	3.667.750	492	3.690.256
Equivalência patrimonial	1.897	350.166	249	352.312
Incorporação e transferência (***)	_	(4.017.916)	_	(4.017.916)
Dividendos recebidos	_(1.382)	<u> </u>		(1.382
No fim do evercício	22 520	_	7/11	23 270

contingências são apresentadas na Nota explicativa nº 24. . IMOBILIZADO 1. Composição do imobilizado

. i. Composição do imobilizado								
				Controladora		Cons	olidado	
		2022		2021		2022		2021
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
errenos	428.033		428.033	18.059	428.033		428.033	429.070
dificações	321.971	(102.904)	219.067	47.579	321.971	(102.904)	219.067	188.621
stalações industriais	681.790	(460.803)	220.987	15.926	681.790	(460.803)	220.987	210.327
stalações operacionais	292.722	(124.283)	168.439	50.052	292.722	(124.283)	168.439	250.125
ecipientes transportáveis	505.410	(128.561)	376.849	29.837	505.410	(128.561)	376.849	365.760
eículos	41.439	(36.930)	4.509	6.010	41.439	(36.930)	4.509	6.155
lóveis e utensílios	47.076	(34.737)	12.339	2.742	47.076	(34.737)	12.339	9.976
omputadores e periféricos	55.817	(47.799)	8.018	1.797	55.817	(47.799)	8.018	13.429
nobilizado em andamento/obras em execução	152.520		152.520	7.797	152.520	_	152.520	142.416
enfeitorias em propriedade de terceiros	64.820	(22.724)	42.096	1.205	64.820	(22.724)	42.096	43.305
ireito de uso (arrendamento)	298.288	(71.060)	227.228	89.282	298.288	(71.060)	227.228	230.425
utros	298	(216)	82	95	298	(216)	82	351

ua	Outros	298	(216)		82	95	298	(2	(16) 82	351
te;	Total	2.890.184	(1.030.017)	1.860	.167	270.381	2.890.184	(1.030.0	1.860.167	1.889.960
or	9.2. Movimentação do custo									
io,			<u>ontroladora</u>						Transferência de	
ão		_ :	Saldo 2021	Adições	Baixas	Transferênci	a Inco	rporação	Investimento	Saldo 2022
ou	Terrenos		18.059	_	_		_	18.866	391.108	428.033
	Edificações		72.754	765	(28)	57		169.911	77.994	321.971
lo,	Instalações industriais		25.384	4.956	(438)	10.38	1	584.422	57.085	681.790
	Instalações operacionais		120.105	2.055	(727)	94	6	95.618	74.725	292.722
os	Recipientes transportáveis		47.085	20.070	(8.855)	3.37	3	380.384	63.353	505.410
os	Veículos		41.575	_	(1.366)		3	1.108	119	41.439
	Móveis e utensílios		7.725	297	(473)		_	38.580	947	47.076
do	Computadores e periféricos		13.620	597	(278)	45		38.946	2.478	55.817
е	Imobilizado em andamento/obras em execução		7.797	27.961	_	(15.732	2)	124.944	7.550	152.520
	Benfeitorias em propriedade de terceiros		6.448	_	(46)		_	58.447	(29)	64.820
do	Outros	_	298					16	(16)	298
	Subtotal - Imobilizado	_	360.850	56.701	(12.211)		=	1.511.242	675.314	2.591.896
	Edificações		67.938	7.705	(16.630)		_	61.387	_	120.400
do	Veículos		2.343	7.023	(2.313)		_	118.715	_	125.768
ıra	Equipamentos industriais		40.649	4.008			_	_	_	44.657
ão	Computadores e periféricos		_	_	_		_	2.304	27	2.331
ıra	Equipamentos e instalações de informática	_					=	5.132		5.132
sa	Subtotal - Direito de uso (arrendamento)	_	110.930	18.736	(18.943)		=	187.538	27	298.288
	Total		471.780	75.437	(31.154)			1.698.780	675.341	2.890.184
		_								

conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.que institui a Infraestrutura

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 29/03/2023 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link Hash:16800960012a48b3251a7944ddae2fc296fd6a788d

Terrenos

Veículos

Outros

Edificações Veículos

Edificações

Instalações industriais

Móveis e utensílios

Instalações operacionais

Computadores e periféricos

Subtotal - Imobilizado

Equipamentos industriais Computadores e periféricos

Imobilizado em andamento/obras em execução

Benfeitorias em propriedade de terceiros Adiantamento a fornecedores

Equipamentos e instalações de informática

Subtotal - Direito de uso (arrendamento)

* Refere-se ao Crédito Extemporâneo de PIS/COFINS.



copagaz
liquigás

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário) Saldo Transferência (*) **2021** 429.070 Adições Baixas 2022 428.033 267.195 933 53.871 321.971 7.854 391.153 (1.593)284.376 681.790 674.943 14.054 (1.413) (394.862)292.722 491.267 (29.510) (17.298) 505.410 (227)41.439 43.156 (1.490)30.832 441 (3.567) 19.370 47.076 30.551 142.416 (20.443)152.520 64.864 (46) 64.820 (351) 298 458 (160)2.594.632 125.008 98.607 115.411 12.547 29.474 2.591.896 120.400 125.768 (39.178) (78.969) (2.313)40.649 4.008 44.657

(269)

(269) (79.238)

2.331

5.132

298.288 2.890.184

13.3. Prazo de vencimento Empréstimos e financiamentos Moeda nacional Circulante Moeda estrangeira Total Total 319.951 **319.951** 2023 Total 15.994 Debêntures Não circulante Empréstimos e financiamentos 50.872 2024 28.072 22.800 296.079 2025 293 296.078 229.411 229.412 2027 2028 - 2032 688.234 28.365 22.800 51.165

A Companhia possui alguns contratos de empréstimos que incluem cláusulas de compromissos (co requeridos pelas instituições financeiras foram plenamente atendidos pela Companhia

13.4. Reconciliação da dívida líquida

·	Empréstimos,		
	Financiamentos e Debêntures	Caixa Total	Dívida Líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	2.184.536	32.851	2.151.685
Movimentações que afetam o fluxo de caixa	18.940	242.112	(223.172)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa	312.226	_	312.226
Encargos financeiros e variações cambiais	(292.191)	_	(292.191)
Obrigações performadas	(115.707)		(115.707)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	2.107.804	274.963	1.832.841

14. ARRENDAMENTOS

Em atendimento às exigências do CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou avaliação dos seus ativos imobilizados em Os arrendamentos incluem, principalmente, edificações, cessão de uso onerosa, terrenos e veículos. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

Controladora

Consolidado

Controladora Consolidado

2022

<u>Circulante</u> <u>Total</u> 56.975

9.3. Movimentação da depreciação									
	Taxa	Controladora							,
	depreciação						Transferência de		:
	% ao ano	2021		Baixas :	<u>Transferências</u>			2022	
Edificações	2 a 4	(25.174)	(2.140)	4	-	(73.978)	(1.616)	_(102.904)	,
Instalações industriais	5,88 a 10	(9.458)	(7.948)	195	-	(440.360)	(3.232)	(460.803)	
Instalações operacionais	2 a 20	(70.052)	(3.902)	273	31	(49.875)	(758)	(124.283)	
Recipientes transportáveis	4	(17.247)	(5.090)	2.193	(31)	(108.878)	492	(128.561)	1
Veículos	5 a 33,33	(35.566)	(1.288)	1.059	_	(1.108)	(27)	(36.930)	1
Móveis e utensílios	3,33 a 20	(4.983)	(483)	287	_	(29.442)	(116)	(34.737)	
Computadores e periféricos	4,35 a 33,33	(11.823)	(1.101)	251	_	(34.724)	(402)	(47.799)	- :
Benfeitorias em propriedade de terceiros	: 10	(5.245)	(301)	17	_	(17.195)	_	(22.724)	- 1
Outros	6,67 a 10	(203)	(13)					(216)	
Subtotal - Imobilizado		(179.751)	(22.266)	4.279		(755.560)	(5.659)	(958.957)	
Edificações Direito de Uso		(9.973)	(6.537)	4.340	_	(12.044)	_	(24.214)	,
Veículos Direito de Uso		(1.600)	(3.601)	2.313	_	(22.252)	_	(25.140)	-
Equipamentos industriais Direito de Uso		(10.075)	(5.067)	_	_	(4.243)	_	(19.385)	-
Computadores e periféricos		_	_	_	_	(2.299)	(22)	(2.321)	-
Equipamentos e instalações									-
de informática									-
Subtotal - Direito de uso (arrendament	0)	(21.648)	(15.205)	6.653		(40.838)	(22)	(71.060)	-
Total		(201.399)	(37.471)	10.932	_	(796.398)	(5.681)	(1.030.017)	-
		To	xa depreciaçã			Consolida	ado		
		I a.	% ao ano	2021	1 Depreciac		Incorporação	2022	
Edificações		-	2 a 4					(102.904)	7
Lumbaçoba			2 a 4	(70.5)	10) (0.2)	01) (10.120)		(102.304)	,

dezembro de 2022. Após conclusão do trabalho ficou evidenciado que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

2.600

4.768

271.632 2.866.264

364

(19.468)

46.393 161.804

Instalações industriais (180.826) (460.803) Instalações operacionais 2 a 20 (424.817)(25.140)325.179 495 (124.283)Recipientes transportáveis (125.506) (23.501)10.856 9.590 (128.561) 5 a 33,33 1.183 Móveis e utensílios (20.856)(1.509)(15.399)3,33 a 20 3.027 (34.737)Computadores e periféricos 4,35 a 33,33 (45,498) (6.321)3.561 459 (47.799)Benfeitorias em propriedade de terceiros (21.561) (22.724) 6,67 a 10 (458) (935.097) 173 (93.538) (216) (958.957) Subtotal - Imobilizado 15.873 53.805 Edificações (9.223) (21.034) (24.214) (25.140) 2.313 Veículos (9.448)3.029 Equipamentos industriais (10.075)(6.282) (3.028)(19.385) Computadores e periféricos (2.321) Equipamentos e instalações de informática 3.028 Subtotal - Direito de uso (arrendamento) (41,207) (36.539) (121) 6.807 (71.060) (976.304) (130.077)22.680 A Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do Imobilizado e não houve alt

10. INTANGÍVEL 10.1. Composição do intangível

				Controladora		COHSON	uauu			
		2022		2021		2022				
	Custo	<u>Amortização</u>	Líquido	Líquido	Custo	<u>Amortização</u>	Líquido	Líquido		
Software	178.116	(146.888)	31.228	21.811	178.116	(146.888)	31.228	28.167		
Marcas, patentes e direitos	287.413	(18.412)	269.001	_	287.413	(18.412)	269.001	276.036		
Relacionamentos com clientes	338.753	(567)	338.186	_	338.753	(567)	338.186	348.133		
Ágio por rentabilidade futura	1.408.896		1.408.896		1.408.896		1.408.896	1.408.896		
Total	2.213.178	(165.867)	2.047.311	21.811	2.213.178	(165.867)	2.047.311	2.061.232		
10.2. Movimentação do custo										

2022 Transferência
 Saldo
 Adições
 Incorporação
 Transferência

 54.965
 12.646
 112.167
 (4.088)

 80.150
 4.088
 rências (*) (8.126) (5.867) **Saldo** 178.116 287.413 178.116 287.413 Marcas, patentes e direitos 203.175 293.280 Relacionamentos com clientes 338.753 338.753 358.213 (19.460)338.753 54.965 12.646 (33.453) 2.213.178 192.317 2.213.178

* Refere-se a Crédito Extemporâneo de PIS/COFINS 10.3. Movimentação da amortização

	Taxa amortização	Controladora				Transferência de	
	% ao ano	2021	Amortização	Incorporação	Transferência	Investimento	2022
Software	10 a 20	(33.154)	(3.787)	(110.346)	879	(480)	(146.888)
Marcas, patentes e direitos	2,94 a 6,66	_	(1.055)	(14.510)	(879)	(1.968)	(18.412)
Relacionamentos com clientes	2,78		(964)			397	(567)
Total		(33.154)	(5.806)	(124.856)		(2.051)	(165.867)
			Taxa		Con	solidado	
			amortizaçã	0			
			% ao ano	2021	<u>Amortização</u>	Transferências (*)	2022
Software			10 a :	20 (145.380)	(6.426)	4.918	(146.888)
Marcas, patentes e direitos			2,94 a 6,	66 (17.244)	(11.554)	10.386	(18.412)
Relacionamentos com clientes			2,	78 <u>(10.080)</u>	(9.946)	19.459	(567)
Total				(172.704)	(27.926)	34.763	(165.867)

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

		Controladora	Consolidado
Passivo circulante	2022	2021	2021
Fornecedores nacionais	175.619	50.937	108.079
Fornecedores estrangeiros	18.163	12.469	12.469
Partes relacionadas (Nota 15.1)	8.006	74.754	9.233
Contas a pagar	40.632	4.297	47.799
Total	242.420	142.457	177.580
12. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS Os saldos relativos aos Salários, Férias e Encargos, de curto e longo prazos, concedidos aos empregados es	tão represe	ntados a seguir:	
		Controladora	Consolidado
	2022	2021	2021
Provisão de férias	63.170	19.706	60.312
Participação nos lucros ou resultados - empregados	14.644	2.083	10.300
Participação nos lucros ou resultados - gestores (ICP)¹	18.136	6.419	10.090

Salários e encargos 15.672 6.829 15.226 Plano de incentivo de longo prazo (ILP)² 21.246 Programa de remuneração variável anual (RVA)³ 503 **96.431** 133.004 35.037 Total Passivo circulante O Programa de Incentivo por Resultados (ICP) foi instituído pela Companhia em 2021, estabeleceu um reconhecimento financeiro para o corpo Gerencial/

Executivo baseado no atingimento dos objetivos estratégicos e metas individuais. ² O Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) foi instituído pela Companhia em 2021, estabeleceu um incentivo financeiro para os executivos (estatutários

ou não estatutários) de presidente, vice-presidente ou diretor da Companhia baseado no atingimento de metas. O Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) foi instituído pela Petrobras em 2017, tem como base o Decreto nº 8.945/2016, artigo 37, parágrafo

5°, e na Lei nº 6.404/1976, artigo 152 e seu parágrafo 1°. Os artigos 34 e 35 do Estatuto Social da Liquigás, vigente até 23 de dezembro de 2020, estabeleceu os limites e o rito de aprovação da remuneração dos administradores e membros dos comitês estatutários, bem como os limites da remuneração variável dos diretores. Como o programa foi descontinuado, por se aplicar às empresas estatais, a Companhia mantém o registro do saldo a pagar aos diretores que permaneceram

após a reestruturação do corpo diretivo, cuja liquidação será feita de acordo com o direito adquirido durante a gestão anterior.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Descrição					2022	2021	2021
Empréstimos e financiamentos					87.336	59.152	101.218
Debêntures					2.020.468	2.125.384	2.125.384
Total					2.107.804	2.184.536	2.226.602
Passivo circulante					356.122	165.649	207.715
Passivo não circulante					1.751.682	2.018.887	2.018.887
13.1. Composição							
Empréstimos e financiamentos					Cont	troladora	Consolidado
			:	2022		2021	2021
Modalidade	Taxas e encargos	Amortização	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
FINAME	3,1% a.a. + TLP	Mensal	261	_	474	248	721
Fundo Constitucional de Financiamento							
do Centro-Oeste - FCO	2,351% a.a. + IPCA	Mensal	300	587	4.460	880	1.188
Capital de giro	2,5% a.a. + CDI	Mensal	19.616	27.778	28.090	25.000	99.309
Total moeda nacional			20.177	28.365	33.024	26.128	101.218
Cédula de Crédito Bancário - LOAN 4131	3,05% a.a. + CDI	Trimestral	15.994	22.800			
Total moeda estrangeira			15.994	22.800			
Total			36.171	51.165	33.024	26.128	101.218
Debêntures						Con	troladora

									20	22	20	21
<u>Emissão</u>		Tipo de emissão		Qtde. de títulos	Valor unitário (R\$)	Valor da emissão (R\$ milhões)		Forma de amortização	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
2ª emissão	Copagaz						DI +					
2ª emissão		Unica Série	10/12/2030	1.950	1.000	1.950.000	1,7% a.a.	com carência	229.412	1.605.881	114.707	1.835.293
(Juros)		Única							14.825	_	12.158	_
							DI +	Semestral				
4ª emissão 4ª emissão	Copagaz	2ª Série	18/09/2025	200	1.000	200.000	2,95% a.a.	com carência	66.667	133.333	-	201.000
(Juros)		2ª Série							9.047	_	5.760	_
Subtotal Deb	êntures								319.951	1.739.214	132.625	2.036.293
Custo emissã	10									(38.697)		(43.534)
Subtotal Cus	stos de tra	nsação								(38.697)		(43.534)
Total		-							319.951	1.700.517	132.625	1.992.759
13.2. Movime	entação											
								<u>E</u>	mpréstimos	e financia	mentos D	<u>Debêntures</u>

Subtotal Debëntures	<u>319.951</u> <u>1.739.214</u> <u>132.625</u> <u>2.0</u>	<u>36.293</u>	Ρ
Custo emissão		13.534)	á
Subtotal Custos de transação		13.534)	Р
Total	<u>319.951</u> <u>1.700.517</u> <u>132.625</u> <u>1.9</u>	92.759	
13.2. Movimentação			Pa
	Empréstimos e financiamentos Debê	ntures	(
Saldo em 31/12/2020	320.615 1.9	27.048	Ρı
ngressos - Principal	5.692 2	50.000	(
ngressos - Custo de transação	_	1.103	Pi
Juros e atualização monetária	4.843 1	34.795	F
Amortização - Principal	(267.199) (6	39.000)	Pi
Amortização - Juros e atualização monetária	(4.799)(11	18.562)	1
Saldo em 31/12/2021	59.1522.1	25.384	
ngressos	38.000	_	
Juros e atualização monetária	9.244 3	02.982	M
Amortização - Principal	(9.946) (11	15.707)	
Amortização - Juros e atualização monetária	(9.114) (29	92.191)	Pi
Saldo em 31/12/2022	87.3362.0	20.468	
Circulante	3	56.122	IF
Não circulante	1.7	51.682	(

		Control	adora	Conso	IIuauu
	_202	22 202	21	2022	2021
No início do exercício	97.5	249 6	8.457	246.728	208.540
Incorporação da Liquigás	159.0	079			
Adição	8.1	119 2	22.110	23.478	69.178
Remensuração	10.6	617 1	13.938	22.915	31.379
Baixas	(14.1	47)	(837)	(14.537)	(24.154)
Pagamentos do principal	(11.4	51) (6	6.419)	(29.118)	(48.651)
Pagamentos dos juros	(6.7	79) (5.390)	(18.458)	(8.114)
Juros sobre arrendamentos incorridos no exercício	6.9	937	5.390	18.616	18.550
No fim do exercício	249.0	624 9	7.249	249.624	246.728
Passivo circulante	49.9	919	8.482	49.919	38.473
Passivo não circulante	199.	705 8	38.767	199.705	208.255
	Valor presente	Juros embuti	idos \	Valor de pr	estações
Ano	líguido	(futuros)		não desco	nntadas
Allo	liquiuo	(lutulos)		nao acco	Jiituuuu
2023	49.919		.898	nao acoo	56.817
		6.		1140 4000	
2023 2024 2025	49.919	6.	.898	nuo uesov	56.817
2023 2024	49.919 44.480	6. 9. 11.	.898 .440	nao acco	56.817 53.920
2023 2024 2025	49.919 44.480 40.246	6. 9. 11. 12.	.898 .440 .358	nao acco	56.817 53.920 51.604
2023 2024 2025 2026	49.919 44.480 40.246 34.227	6. 9. 11. 12. 11.	.898 .440 .358 .299	mas desse	56.817 53.920 51.604 46.526
2023 2024 2025 2026 2027 2028 2028 2029 em diante	49.919 44.480 40.246 34.227 22.892 14.243 43.617	6. 9. 11. 12. 11. 11.	.898 .440 .358 .299 .157 .310	mao desec	56.817 53.920 51.604 46.526 34.049 25.553 205.773
2023 2024 2025 2026 2027 2028	49.919 44.480 40.246 34.227 22.892 14.243	6. 9. 11. 12. 11.	.898 .440 .358 .299 .157 .310	mao desec	56.817 53.920 51.604 46.526 34.049 25.553
2023 2024 2025 2026 2027 2028 2028 2029 em diante	49.919 44.480 40.246 34.227 22.892 14.243 43.617	6. 9. 11. 12. 11. 11. 162. 224.	.898 .440 .358 .299 .157 .310 .156	do a valor	56.817 53.920 51.604 46.526 34.049 25.553 205.773 474.242
2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 em diante Total	49.919 44.480 40.246 34.227 22.892 14.243 43.617	6. 9. 11. 12. 11. 11. 162. 224.	.898 .440 .358 .299 .157 .310 .156		56.817 53.920 51.604 46.526 34.049 25.553 205.773 474.242
2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 em diante Total	49.919 44.480 40.246 34.227 22.892 14.243 43.617	6. 9. 11. 12. 11. 11. 162. 224.	.898 .440 .358 .299 .157 .310 .156		56.817 53.920 51.604 46.526 34.049 25.553 205.773 474.242 presente
2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 em diante Total Fluxo de caixa Contraprestação do arredamento sem direito ao crédito de PIS e COFINS	49.919 44.480 40.246 34.227 22.892 14.243 43.617	6. 9. 11. 12. 11. 162. 224. Nominal 226.750	.898 .440 .358 .299 .157 .310 .156		56.817 53.920 51.604 46.526 34.049 25.553 205.773 474.242 presente 95.916

Aplicações financeiras

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com base nos princípios de orientação na celebração e divulgação de transações dessa natureza e em situações em que possa existir potencial conflito de interesses, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

15.1. Transações comerciais e outras operações 15.1.1. Por operação

Contas a receber		29	5 295	5.058	469
Outros recebíveis				8.835	_
Dividendos		12	6 126	_	_
Juros sobre o capital próprio (*)				42.806	
Total		57.39	6 57.396	56.699	469
				Controladora	Consolidado
		2022		2021	2021
Passivo	Circulante	Não circulante	Total	Total	Total
Fornecedores	8.006	_	8.006	74.754	9.233
Empréstimos e financiamentos	140.479	993.627	1.134.106	1.187.839	1.187.839
Outras contas a pagar	_	_	_	3.449	_
Dividendos	65.866	_	65.866	47.239	47.239
Mútuos a pagar para partes relacionadas	_	487	487	_	529

214.351 994.114 1.208.465 1.313.281 (*) Em 29 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária - AGE a distribuição de dividendos na forma de juros sobre capital próprio (JCP) no total de R\$ 50.359. O valor apresentado está líquido do imposto de renda retido na fonte. 15.1.2. Resultado por operação

					Controla	dora	Consolidado
Resultado				2022	2021		2021
Receitas, principalmente das vendas				278	252	.033	2.941
Despesas financeiras, líquidas				(161.586)	(75.	666)	(75.666)
Impostos sobre as vendas				_	(858)	_
Receitas de serviços de envasamento				-	1	.683	_
Imposto sobre serviços				-	(226)	_
Despesas de armazenagem e envasamento				-	(8.	751)	(5.950)
Serviços de frete				(3.352)	(2.	.073)	(2.073)
Serviços de requalificação de recipientes				(4.914)	(7.	.072)	(13.969)
Serviços de propaganda e marketing				(452)		_	_
Outras operações				(893)		(45)	(1.866)
Total				(170.919)	159	.025	(96.583)
15.1.3. Por empresa						Co	ntroladora
·			2022				2021
	Ativo	Ativo	Passivo	Não	Passivo	Ativo	Passivo
	Circulante	Total	Circulante	circulante	Total	Tota	I Total
						=	. ==

NHL Requalificadora de Vasilhames para GLP Ltda. 11 11 1.965 1.965 517 Transtodogaz Locação e Transportes Ltda. 5.375 5.375 2.475 Itaúsa S.A. 32.228 32.228 23.112 Dexco S.A. 259 259 Associação Cubo Coworking Itaú MS Administração e Participações S.A. 33.638 33.638 24.127 Televisão Centro América Ltda Utingás Armazenadora S.A. Transcopa Transporte e Comércio Ltda. Plenogás Distribuidora de Gás S.A. 21 Outros 214.351 994.114 1.208.465 Total 56.699 Ativo Total Passivo Total

142.457	177.580	NHL Requalificadora de vasilnames para GLP Ltda.		_	1.503
		Transtodogaz Locação e Transportes Ltda.		_	7.214
		Itaú Unibanco S.A.		_	1.187.839
entados a seguir:		Itaúsa S.A.		_	23.112
Controladora	Consolidado	Dexco S.A.		469	_
2021	2021	MS Administração e Participações S.A.		_	24.127
19.706	60.312	Transcopa Transporte e Comércio Ltda.		_	21
2.083	10.300	Utingás Armazenadora S.A.		_	495
6.419	10.090	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.		_	487
6.829	15.226	Metalúrgica Plus S.A.			42
-	_	Total		469	1.244.840
3 –	503	15.1.4. Resultado por empresa			
35.037	96.431			Controladora	Consolidado
33.541	94.599	Resultado		2021	2021
1.496	1.832	Liquigás Distribuidora S.A.	_	243.881	_
financeiro para o	corpo Gerencial/	NHL Requalificadora de Vasilhames para GLP Ltda.	(5.151)	(7.117)	(14.017)
•	•	Itaú Unibanco S.A.	(161.586)	(74.722)	(74.722)
ro para os executiv	ine (aetatutárine	Itaúsa S.A.	_	(944)	(944)
io para os executi	vos (estatutarios	Dexco S.A.	_	_	2.823
0.0045/0040		Associação Cubo Coworking Itaú	(46)	_	-
nº 8.945/2016, arti		Transtodogaz Locação e Transportes Ltda.	(3.348)	(1.969)	(3.774)
nte até 23 de dez	embro de 2020,	VCA Produções Ltda.	(452)	_	_
tutários, bem com	no os limites da	Mazaa Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	(20)	_	-
		Televisão Centro América Ltda.	4	_	_
ar aos diretores que	e permaneceram	Televisão Morena Limitada	1	_	_
iterior.	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	Utingás Armazenadora S.A.	(359)	_	(5.963)
iterioi.		Transcopa Transporte e Comércio Ltda.	_	(104)	(104)
		Outros	38		118
Controladora	Consolidado	Total	<u>(170.919)</u>	159.025	(96.583)
2021	2021	15.2 Remuneração da administração da Companhia			

As remunerações totais dos membros do Cons		inistração e do Co	mitê Exec	utivo da Compan	hia são apre	sentadas a seguir			
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,				Controladora		Consolidado			
		2022		2021	2022			2021	
	Diretoria	Conselho de			Diretoria	Conselho de			
	Executiva	<u>Administração</u>	Total	Total	Executiva	<u>Administração</u>	Total	Total	
Salários e benefícios	22.739	1.880	24.619	3.122	22.739	1.880	24.619	15.653	
Encargos sociais	661	30	691	776	661	30	691	3.744	
Previdência complementar	29	_	29	152	29	_	29	665	
Benefício motivado pela cessação									
do exercício do cargo	204		204		204		204		
Remuneração total - pagamento realizado	23.633	1.910	25.543	4.050	23.633	1.910	25.543	20.062	
Número de membros (*)	13	5	18	18	13	5	18	18	
(*) Inclui membros estatutários e profissionais.									

16. TRIBUTOS

16.1. Imposto de renda e contribuição	Social								
		Controladora		Controladora		Consolidado			
	Ativo	Ativo	Ativo não	Passivo não	Ativo	Ativo não	Passivo	Passivo não	
	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	
Impostos sobre o lucro	2022	2021	2022	2021	2021	2021	2021	2021	
IRPJ a recuperar/a pagar	10.643	20.672	9.519	_	20.743	8.605	2.855	_	
CSLL a recuperar/a pagar	3.680	2.387	3.642		2.387	3.291	1.648		
Subtotal	14.323	23.059	13.161	_	23.130	11.896	4.503		
IRPJ diferido	_	_	4.076	9.886	_	_	_	2.246	
CSLL diferido			3.025	3.144				358	
Subtotal	_	_	7.101	13.030	_	_	_	2.604	
Total	14.323	23.059	20.262	13.030	23.130	11.896	4.503	2.604	
16.2. Imposto de renda e contribuição	social difer	idos, líquidos							
On fundamentos o an exportativas para	roolização o	otão apropontada	o o ooguir:						

Os iunidamentos e as expectativas pi	ara realizaç	gao estae aprese	mados a seguir.	
		Controladora	Consolidado	
	2022	2021	2021	Fundamento para realização
Provisão para plano de				Pagamentos mensais da assistência médica dos beneficiários assistidos
assistência médica	61.493	21.374	49.962	ou reversão de provisão com base na remensuração do passivo atuarial.
Perdas de crédito esperadas - PCE	11.195	3.661	9.280	Recebimento ou caracterização de perda de crédito conforme previsto na legislação fiscal (Decreto 9.580/2018, art. 347, § 1°).
Participação nos lucros				Pagamento realizado após a verificação do atingimento dos objetivos
ou resultados - gestores	10.963	2.183	3.431	estratégicos e metas individuais.
Provisão para perda				•
de ICMS próprio	2.782	_	41.668	Aproveitamento fiscal do crédito de ICMS.
Provisão para perda de ICMS -				Aproveitamento ou ressarcimento do crédito fiscal ou declaração de
Portaria CAT e Bitributação	2.310	_	2.310	inconstitucionalidade da legislação vigente.
Provisão para perdas				Baixa efetiva dos recipientes transportáveis quando a avaliação dos
no Ativo Imobilizado	834	-	834	assessores jurídicos indicarem que não há perspectiva de recuperação dos recipientes transportáveis comodatados, quando esgotadas todas as medidas jurídicas possíveis.
Mais valia de ativos	38.187	21.864	22.768	Depreciação, amortização ou alienação do ativo e com base na vida útil definida no laudo.
Provisão para contingências	16.684	2.400	18.549	Trânsito em julgado em última instância, acordo ou decisão favorável à Companhia.
IRPJ s/prejuízo fiscal e				·
CSLL s/base negativa	48.124	13.735	13.735	Geração de lucro real tributável futuro.

Não circulante



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

o quando indicado em contrário)

				(Em milnares de reais, exceto
	2022	Controladora 2021	Consolidado 2021	Fundamento para realização
Lucro a realizar no estoque		185	185	Realização pela venda do estoque para terceiros.
				Realização pela contratação de empresa especializada para remediação
Provisão de custo de remediação				do passivo ambiental do terreno onde estava estabelecido o antigo
passivo ambiental	4.561	_	4.748	centro operativo de Osasco.
Provisão para indenizações				
(pensionamentos)	3.301	_	3.008	Realização pelos pagamentos mensais de indenização.
Provisão de despesas indedutíveis	5.254	634	5.944	Registro do documento hábil, conforme previsto na legislação fiscal.
Arrendamentos	6.996	2.599	5.349	Dedução pelo valor da parcela efetivamente quitada do arrendamento.
Outros	1.715	43	1.496	
Subtotal ativos	214.399	68.678	183.267	
Desapropriação de imóvel	(1.240)	_	(1.292)	Realização pela depreciação dos bens adquiridos.
Atualização de depósito judicial	(9.201)	_	(8.472)	Trânsito em julgado em última instância, acordo ou decisão favorável à Companhia.
Ganho Avaliação a Valor Justo				Depreciação, amortização ou alienação do ativo e com base na vida útil
relativo à permuta de participações	s (68.782)	(68.091)	(68.091)	definida no laudo.
Ágio rentabilidade futura	(8.740)	_	_	Realização por impairment ou venda do investimento.
Depreciação vida útil x depreciação				Ajuste do valor de dedução da depreciação ao limite legal previsto na
fiscal	(119.129)	(13.331)	(107.622)	legislação tributária.
Depreciação vida útil x depreciação				Ajuste do valor de dedução da depreciação ao limite legal previsto na
fiscal (arrendamento financeiro)	(206)	(286)	(394)	legislação tributária.
Subtotal passivos	(207.298)	(81.708)	(185.871)	
Total (*)	7.101	(13.030)	(2.604)	
	a also a southfully		talana and a annual	

(*) Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão sendo apresentados com base na compensação de ativo e passivo. Com base no Plano de Negócio, a Companhia realizou avaliação da geração de lucro futuro tributável e não identificou a necessidade de realizar ajuste sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

,		Controladora	Conso	lidado
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(13.030)	17.614	(2.604)	23.856
Transferência por cisão	_	(177)	_	4.171
Incorporação da Liquigás	(27.691)	_	_	_
No resultado:				
Realizações, líquidas	43.620	(25.960)	5.503	(18.547)
Perda/(Ganho) atuarial	4.202	(4.507)	4.202	(12.084)
Total	7.101	(13.030)	7.101	(2.604)
16.3. Despesas de imposto de renda e contribuição social				
O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultac reconhecidos à medida do pagamento dos tributos, e considerando as alíquotas previstas pela legisl		ncluindo os incer	ntivos fiscai	s que são

19.5. Resultado por Ação

		<u>Controladora</u>	Conso	lidado
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos impostos	259.188	208.827	426.960	235.625
Lucro antes dos impostos - operações descontinuadas	_	2.225	_	6.856
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(88.124)	(71.758)	(145.166)	(82.444)
Ajustes para apuração pela alíquota efetiva:				
- Juros sobre capital próprio	_	(17.122)	_	_
- Adições (Exclusões) permanentes, líquidas	(5.581)	19.364	_	29.156
- Resultado da equivalência patrimonial	134.631	57.365	729	512
- Incentivos fiscais	_	_	4.585	1.329
 IRPJ - Incentivo fiscal de redução (lucro da exploração) e reinvestimento 	6	_	21.510	7.867
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	40.932	(12.151)	(118.342)	(43.580)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.620	(25.960)	5.503	(19.692)
Imposto de renda/contribuição social correntes	_	_	(129.655)	(48.808)
Imposto de renda/contribuição social correntes (extemporâneo)	(2.688)	13.809	(2.688)	24.920
Imposto de renda/contribuição social - operações descontinuadas		(4)		1.572
	40.932	(12.155)	(126.840)	(42.008)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-15,79% (*)	5,82%	29,71%	17,83%
(*) A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa acumulada, para os quais foram const	ituídos créditos t	ributários diferide	os, com exp	ectativa de

lucros futuros, permitindo assim a contabilização de créditos tributários Incertezas tributárias

a) Dentre os processos de natureza tributária, a Companhia possui auto de infração cujo objeto decorre de glosa de despesas de amortização de ágio ano-calendário de 2008 para os tributos de IRPJ e CSLL. O assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível e o valor atualizado até a presente data é de R\$ 56.898 (R\$ 52.450 em 2021). De acordo com o ICPC 22, a Administração, com base na opinião de seu assessor jurídico, entende que a discordância com o tratamento fiscal, já demonstrado neste caso pela autoridade fiscal, não impacta seu julgamento e estimativa b) Dentre os processos de natureza tributária, a Controlada Liquigás possui auto de infração em decorrência do suposto aproveitamento indevido de ágio por expectativa de rentabilidade futura relacionado à aquisição da Agip do Brasil S.A. pela Petrobras Distribuidora S.A., amortizado pela Liquigás durante os anos de 2014 a 2016. O assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível e o valor atualizado em 2022 é de R\$ 101.967 (R\$ 77.999 em 2021). De acordo com o ICPC 22, a Administração, com base na opinião de seu assessor jurídico, entende que a discordância com o tratamento fiscal, já demonstrado neste caso pela autoridade fiscal, não impacta seu julgamento e estimativa.

c) A Controlada Liquigás reconheceu o valor de R\$ 13.161 atualizado (R\$ 11.896 em 2021) referente à exclusão de atualização de tributos e contribuições dederais pela taxa SELIC da base de cálculo de apuração do IRPJ e da CSLL, em relação aos últimos 5 anos fundamentada pela decisão do STF por meio do Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC. A Liquigás obteve decisão favorável em mandado de segurança concedido pela 6º Vara Cível Federal de São Paulo, portanto, o valor será compensado apenas após decisão final transitado em julgado. 16.4. Impostos e contribuições

Controladora

Controladora

(12.503)

13.426

	Ativo	Ativo	Ativo nao	Ativo nao
	circulante	circulante	circulante	circulante
Demais impostos e contribuições	2022	2021	2022	2021
ICMS a recuperar e a repassar/a pagar	88.133	19.637	82.892	25.029
Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar	(8.183)	_	(6.795)	_
Crédito PIS não cumulativo	4.555	1.035	13.554	129
Crédito COFINS não cumulativo	14.763	3.814	_	_
PIS a recuperar/a pagar	_	_	_	_
COFINS a recuperar/a pagar	_	_	_	_
INSS a recuperar	57	_	_	_
IRRF a pagar	_	_	_	_
Outros	104		1.896	
Total	99.429	24.486	91.547	25.158
		Controladora		Controladora
	Passivo	Passivo	Passivo não	Passivo não
	<u>circulante</u>	circulante	circulante	circulante
Demais impostos e contribuições	2022	2021	2022	2021
ICMS a recuperar e a repassar/a pagar	5.919	3.732	_	_
Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar	_	_	_	_
Crédito PIS não cumulativo	_	_	_	_
Crédito COFINS não cumulativo	_	_	_	_
PIS a recuperar/a pagar	_	720	526	522
COFINS a recuperar/a pagar	_	3.336	_	_
INSS a requiperar	1 1/11	1/11		

<u>Demais impostos e contribuições</u>		2021	2022	2021
ICMS a recuperar e a repassar/a pagar	5.919	3.732	_	_
Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar	_	_	_	_
Crédito PIS não cumulativo	_	_	_	_
Crédito COFINS não cumulativo	_	_	_	_
PIS a recuperar/a pagar	_	720	526	522
COFINS a recuperar/a pagar	_	3.336	_	_
INSS a recuperar	1.141	141	_	_
IRRF a pagar	5.295	2.406	_	_
Outros	2.579	2.079		
Total	14.934	12.414	526	522
		Consc	lidado	
	Ativo	Ativo não	Passivo	Passivo não
	<u>circulante</u>	circulante	circulante	circulante
Demais impostos e contribuições	2021	2021	2021	2021
ICMS a recuperar e a repassar/a pagar	183.078	52.180	10.950	_
Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar	(122.555)	(6.795)	_	_
Crédito PIS não cumulativo	22.617	27.354	_	_
Crédito COFINS não cumulativo	11.656	_	_	_
PIS a recuperar/a pagar	_	_	720	522
COFINS a recuperar/a pagar	_	_	3.336	_
INSS a recuperar	_	_	779	_
IRRF a pagar	_	_	13.985	_
Outros	1.071	1.756	3.163	
Total	95.867	74.495	32.933	522

A Companhia avalia a recuperabilidade dos créditos de ICMS por unidade operacional e com base na expectativa de geração de negócios com saídas tributadas e ajusta o valor da provisão periodicamente. A Administração julga que o valor provisionado é suficiente para cobrir as perdas esperadas 17. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS. INCLUI PROVISÃO PARA PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

O compromisso da Companhia relacionado à assistência médica (extensão de 18 a 24 meses) é estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho resultante da negociação sindical com os empregados do segmento de distribuição de GLP e atende aposentados e seus dependentes legais. Para aposentados até (*) Trata-se da realização da menos valia de passivo contingente provisionado na Copa Energia referente ao PPA da Liquigás Distribuidora S.A. o ano 1998 o benefício é vitalício. Conforme o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Companhia em 31 de dezembro de 2022 reconheceu uma Provisão relativa ao Benefício Definido

(BD) de Assistência Médica pós-emprego no montante de R\$ 180.862 (R\$ 62.866 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R\$ 180.862 (R\$ 146.949 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

O plano de assistência médica patrocinado pela Companhia não possui ativo líquido constituído.

O Plano de Previdência Liquigás (PPL) é um benefício do tipo Contribuição Definida (CD). As contribuições relativas ao PPL em 31 de dezembro de 2022 atingiram o montante de R\$ 5.151 (R\$ 5.359 em 31 de dezembro de 2021).

17.1. Movimentação do saldo da provisão relativa ao benefício de assistência médica

		Controladora	Consc	olidado	
	2022	2021	2022	2021	
Saldo em 1º janeiro	62.866	70.784	146.949	173.124	
Incorporação da Liquigás (*)	89.007	_	_	_	
(+) Despesa de juros	5.814	4.692	13.370	11.765	
(+) Despesa de serviço corrente	3.385	2.024	4.956	3.735	
(+) Custo de serviço passado	9.703	_	9.703	_	
(–) Cisão	_	(517)	_	(650)	
(–) Benefícios pagos	(2.272)	(861)	(6.475)	(5.485)	
(+) (Ganho)/Perda atuarial sobre obrigação (**)	12.359	(13.256)	12.359	(35.540)	
Saldo em 31 de dezembro	180.862	62.866	180.862	146.949	
Passivo circulante	9.839	2.708	9.839	5.879	
Passivo não circulante	171.023	60.158	171.023	141.070	
(*) Em 30 de novembro de 2022, ocorreu a incorporação total da controlada Liquigás Distribuidora S.A., mai	s detalhes são	apresentados na	Nota Explic	ativa nº 1.1.	
(**) A perda atuarial de R\$ 12.359 existente em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida como outros i					
e da contribuição social no montante de R\$ 4.202. Em 31 de dezembro de 2021 o ganho atu-	arial de R\$ 1	3.256 na control	adora (R\$	35.540 no	
consolidado) foi reconhecido como outros resultados abrangentes líquidos dos impostos, de R\$ 4	507 (R\$ 12 08	4 no consolidado	2)		

17.2. Despesa líquida com plano de assistência médica **2022 2021** (13.370) (11.765) (4.956) (3.735) (4.692) Despesa de juros sobre obrigação atuarial Despesa de servico corrente Despesas líquidas no exercício

Despesa com vendas	(2.741)	(1.639)	(3.703)	(2.195)
Despesa gerais e administrativas	(644)	(385)	(1.253)	(1.540)
Despesa financeiras	(5.814)	(4.692)	(13.370)	(11.765)
Despesa líquidas no exercício	(9.199)	(6.716)	(18.326)	(15.500)
17.3. Análise de sensibilidade A variação de 0,5 p.p. nas premissas de taxa de desconto teria o seguinte efeito:				
			Taxa de d	esconto
			+ 0,5 p.p.	- 0,5 p.p.
Custo do serviço			(205)	220
Custo dos juros			(1 141)	1 226

17.4. Premissas <u>Modalidade</u> Plano de benefício Benefício definido Método do Crédito Unitário Projetado - PUC Método de custeio Tábua de mortalidade AT-2000, segregada por sexo.

Invalidez Álvaro Vindas Rotatividade 6,78% Composição familiar Ativos: Para titular do sexo masculino, 88% casados com cônjuge 3 anos mais novo. Para titular do sexo feminino, 50% casadas com cônjuge 1 ano mais velho. Para os participantes assistidos foi considerada a família informada no cadastro. Movimentação das provisões: Homens 59 anos; Mulheres 56 anos

100% na primeira elegibilidade Entrada em aposentadoria Take Up 51.00% Aging factor Taxa real de desconto 6,18% Inflação médica 3.50% Inflação de longo prazo 3,00% Inflação econômica + inflação médica + fator idade Evolução do custo médico

Evolução da contribuição Inflação econômica + inflação médica

Tábua de mortalidade de inválidos AT - 49 Masculina

Obrigação atuaria

Idade de Aposentadoria

18. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR), conforme disposto na legislação em vigor, ocorre baseada em Convenção Coletiva de Trabalho, pactuada entre o sindicato da categoria econômica e as entidades sindicais. O saldo provisionado de 2022 está apresentado na rubrica de

Salários, férias e encargos no balanço patrimonial (Nota explicativa nº 12).

Em 31 de dezembro de 2022 o montante provisionado relativo à PLR foi de R\$ 15.096 na controladora e R\$ 35.066 no consolidado e em 31 de dezembro

de 2021 o montante provisionado foi de R\$ 13.379 na controladora e R\$ 40.155 no consolidado. O Programa de Incentivo por Resultados (ICP), que estabeleceu um reconhecimento financeiro para o corpo Gerencial/Executivo baseado no atingimento Trabalhista dos objetivos estratégicos e metas individuais.

O saldo provisionado relativo à ICP dos exercícios de 2022 e 2021 está apresentado no quadro abaixo e na rubrica de Salários, férias e encargos no Cível

balanço patrimonial (Nota explicativa nº 12).

Em 31 de dezembro de 2022 o montante provisionado relativo à ICP foi de R\$ 7.447 na controladora e R\$ 18.136 no consolidado e em 31 de dezembro de Cauções

2021 o montante provisionado foi de R\$ 6.419 na controladora e R\$ 10.090 no consolidado.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 435.588 está representado por 352.429.844 acões ordinárias nominativas sem valor nominal. O Capital social está distribuído conforme segue:

O Acionista Quantidade de ações Valor R\$ Participação MS Administração e Participações S.A. Itaúsa S.A. Total 352.429.884 435.587.738 100,00% 19.2. Reserva de capital

A Reserva de capital, é constituída pela diferenca (ágio e deságio) entre o preco da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal.

Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações ordinárias. 19.3. Reservas de lucros

Reserva de reavaliação em coligada

a) Reserva legal A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do Lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do Capital social. A Reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital. b) Reserva de retenção de lucros

destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. 19.4. Dividendos

a A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas.

Em 31 de dezembro de 2022, foram propostos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 65.866 (R\$ 47.239 em 2021) que correspondem a 25% do lucro líquido depois de constituída a reserva legal, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. A movimentação dos dividendos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é demonstrada conforme seque

Controladora Destinação do resultado 198.901 Lucro líquido do exercício 300.120 Apropriação Reserva legal (15.006)(9.945)Reserva de incentivos fiscais (21.650) **263.464** 188.956 Lucro básico para determinação dos dividendos obrigatórios Dividendo obrigatório Total dos dividendos (65.866) (47.239) Dividendos por ações - R\$ Outras apropriações Reserva de retenção de lucros (197.605)(141.717)

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito dilutivo

Controladora Consolidado 2022 Lucro líquido do exercício operações continuadas 300.120 196.672 193.617 Lucro líquido do exercício operações descontinuadas Denominador básico 2.229 Quantidade média ponderada de ações 352.429.884 350.713.556 350.713.556 Lucro básico por ação - R\$ 0,85 De operações descontinuadas 0,01 0,02 20. RECEITA DAS VENDAS Controladora Consolidado

	2022	2021	2022	2021
Receita de produtos	4.114.524	2.805.064	11.903.156	10.591.580
Receita de serviços	10.626	14.191	46.933	46.026
Receitas de produtos e serviços - operações descontinuadas		(25.964)		(332.880)
Receita bruta	4.125.150	2.793.291	11.950.089	10.304.726
Menos:				
Impostos incidentes	(22.590)	(19.990)	(77.804)	(79.553)
Devoluções e abatimentos	(46.435)	(31.833)	(86.446)	(65.340)
Comissões aos revendedores (bonificações)	_	_	(44.694)	(44.893)
Operações descontinuadas		75		57.194
Total	4.056.125	2.741.543	11.741.145	10.172.134
21. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA				

2022 14^F Consolidado 22 2021 dora 2021 (3.445.680) (2.466.722) (9.916.648) (9.179.551) Custo dos produtos e serviços Custo dos produtos e serviços - operações descontinuadas Despesas com pessoal, inclui PLR 22 665 228 238 Depreciação e amortização (*) (42.701)(28.215)(154.304)(125.544)Serviços, fretes e aluguéis Materiais aplicados no engarrafamento e requalificação (4.441) (26.532) (99.366) (200.248) 227 886 Publicidade e propaganda (13.706)(8.705)(17.934)(14.277)(3.291) (6.156) (23.713) (8.293) (18.369) Água e energia elétrica (1.931) Combustíveis e lubrificantes (2.274)(28.135) Tributárias (5.540)(4.969)(14.276)(7.086) (143.298) Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas (1 938) (5.634) (6.595) (68.067) (57.439) (38.496)Outros Despesas - operações descontinuadas Total (3.869.290) (2.733.704) (11.029.081) (9.979.657) Na Demonstração do Resultado Custo dos produtos e serviços (3.445.680) (2.444.057)(711.662) (400.771) (11.029.081) Despesas com vendas (256.075)(170.863)(648.547)Despesas gerais e administrativas

(118.784) (2.733.704) (167.535) (3.869.290) (*) Em 31 dezembro de 2022, o valor da depreciação e amortização é apresentado líquido dos créditos de PIS e COFINS

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS LÍQUIDAS

		Controladora	Consol	idado
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas				
Alienação de investimento (Gasônia)	_	113.664	_	113.664
Valor justo sobre permuta de participações	_	309.216	_	309.216
Venda de ativos	9.745	28.043	22.439	79.680
Encargos contratuais	_	123	1.493	2.133
Ganhos de processo judicial	96	276	96	276
Passivos contingentes - menos valia (*)	22.707	_	22.707	_
Reversão da provisão para perdas em ativos imobilizados	_	_	_	885
Reversão da provisão custo remediação de passivo ambiental	_	_	549	37
Baixa de passivo de arrendamento	14.147	_	14.537	28.085
Outras	7.727	926	10.254	5.408
Operações descontinuadas		110		1.267
Subtotal - Outras receitas	54.422	452.358	72.075	540.651
Outras despesas				
Custo com a alienação de investimento (Gasônia)	(2.845)	(66.001)	(2.845)	(66.166)
Custo com a permuta de participações	_	(99.784)	_	(99.784)
Provisão para processos judiciais	(546)	(14)	(8.517)	(12.602)
Encargos contratuais	(915)	(270)	(18.525)	(18.525)
Residual imobilizado baixado, principalmente, de recipientes transportáveis sucateados	(7.866)	(22.524)	(16.274)	(93.866)
Provisão para indenizações/pensionamentos	(9)	_	(628)	(182)
Baixa de ativo de arrendamento	(12.290)	_	(12.661)	(28.209)
Provisão para perda de recipientes transportáveis	_	_	_	(2.197)
Provisão plano de assistência médica (assistidos)	_	_	_	(960)
Provisão para perda de ICMS a recuperar e a repassar	_	_	13.242	(9.784)
Outras	(93)		(3.544)	(1.162)
Subtotal - Outras despesas	(24.565)	(188.593)	(49.753)	(333.437)

29.857 263.765 22.322 207.214 23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

)			Controladora	Consoli	dado
9		2022	2021	2022	2021
	Receitas financeiras				
	Juros sobre aplicações financeiras	12.476	624	20.823	1.752
2	Juros sobre atrasos e parcelamento de débitos de clientes	5.644	4.298	14.188	13.025
	Outras	678	608	1.047	787
	Operações descontinuadas	_	(27)	_	(423)
		18.798	5.503	36.058	15.141
	Despesas financeiras				
	Empréstimos bancários	(9.244)	(4.843)	(13.227)	(9.606)
	Taxas e comissões bancárias	(1.995)	(1.950)	(4.133)	(4.417)
	Juros sobre passivo atuarial	(5.814)	(4.692)	(12.741)	(11.765)
	Juros sobre arrendamentos (*)	(6.687)	(5.390)	(17.819)	(17.865)
	Juros sobre debêntures	(298.146)	(134.795)	(298.146)	(134.795)
	Juros passivos	(3.259)	(8.200)	(3.654)	(9.176)
	Amortização do custo de emissão de debêntures	(4.837)	(5.213)	(4.837)	(5.213)
	Operações descontinuadas		9	<u>-</u>	358
		(329.982)	(165.074)	(354.557)	(192.479)
	Variações cambiais e monetárias, líquidas				
	Variações monetárias ativas	9.250	10.140	14.832	14.826
	Variações monetárias passivas	(5.902)	(2.667)	(5.905)	(2.996)
a	Operações descontinuadas		<u>-</u>		(65)
)		3.348	7.473	8.927	11.765
	Total	(307.836)	(152.098)	(309.572)	(165.573)

 Iotal
 (307.836)
 (152.098)

 (*) Em 31 dezembro de 2022 no Consolidado, os juros são apresentados líquidos dos créditos de PIS e COFINS de R\$ 797.
 24. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, além dos depósitos judiciais são apresentados a seguir: 24.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia e sua controlada estão envolvidas em processos legais de natureza trabalhista, tributário, cível, regulatório, concorrencial e ambiental no curso normal de suas operações, e constituiu provisões de valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Os valores provisionados são os seguintes:

Controladora Consolidado (*) Passivo não circulante 2022 2021 2021 48.223 48.520 Trabalhista Tributário 2.233 53.176 Cíveis 33.244 2.656 39.750 Regulatório 851 414 Concorrencia 414 207 Ambiental 665 Total 133.289

(*) Inclui o valor justo do passivo contingente adquirido (item 56 do CPC 15 (R1)). A natureza dos processos provisionados pode ser sumariada como segue:

• Trabalhistas: consistem, principalmente, em reclamações de empregados próprios e terceiros vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões em virtude do desligamento, entre outras coisas.

• Tributários: os processos envolvem, em sua maioria, discussão de valores cobrados pelos fiscos federal, exceto imposto de renda e contribuição social,

estaduais e municipais, todos relacionados com a atividade da Companhia e cujos tributos façam parte da operação

· Cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas em decorrência de sinistros na operação (comercialização do GLP), bem como a discussão envolvendo contratos comerciais com revendedores e prestadores de serviços.

								Controladora	Consolidado
				2022				2021	2021
	Trabalhista	Tributário	Cíveis	Regulatório	Concorrencial	Ambiental	Total	Total	Total
Saldo inicial	3.483	2.233	2.656	82	207	_	8.661	8.647	163.381
Incorporação da Liquigás	28.898	2.021	10.775	1.117	207	362	43.380	_	_
Adição, líquido de reversão	719	133	(398)	89	_	4	547	14	12.602
Compensação	(7)	_	(36)	_	_	_	(43)	_	(3.545)
Baixas	(1.542)	(469)	65	_	_	_	(1.946)	_	(10.040)
Valor justo do passivo									
contingente PPA Liquigás	16.672	44.602	20.182	900		334	82.690		
Saldo final	48.223	48.520	33.244	2.188	414	700	133.289	8.661	162.398
24.2. Cauções e depósitos	judiciais								
As cauções e os depósitos j	udiciais são a	oresentados	de acordo	com a naturez	a das correspond	entes causas:			
	•						0000	Controladora	Consolidado

2022 26.604 21.627 1 797 27 697 20.860 13.597 1.067 12.833 3.075 3.771 65.029 4.640 65.281

continua →

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 29/03/2023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.que institui a Infraestrutura



copagaz
liquigás

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

		2022					Controladora 2021	Consolidado 2021	
	Trabalhista	Tributário		Regulatório	Caução	Total	Total	Total	
Saldo inicial	1.797	1.749	1.067		27	4.640	4.216	65.626	
Incorporação									
da Liquigás	24.564	20.107	12.477	3.050	96	60.294	_	_	
Adição, líquido									
de reversão	(130)	(372)	24	(5)	3	(480)	219	2.953	
Utilização	(7)	_	(36)	_	_	(43)	_	(3.545)	
Atualização	380	143	65	30	-	618	205	3.573	
Cisão								(3.326)	
Saldo final	26.604	21.627	13.597	3.075	126	65.029	4.640	65.281	

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seia possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação. bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

		Controladora	Consolidado	
	2022	2021	2021	
Trabalhista	52.163	3.655	74.920	
Tributário	814.435	292.640	594.847	
Cíveis	190.534	3.656	180.708	
Regulatório	1.757	137	6.327	
Ambiental	2.765	_	1.499	
Concorrencial	57.672	11.598	65.310	
Total	1.119.326	311.686	923.611	
Processos trabalhistas: os processos trabalhistas	envolvem dois	grandes grupos	- empregados	

materiais e morais, prêmios ou gratificações e verbas não pagas pelas empresas prestadoras de serviços. Processos tributários: envolvem, em sua maioria, discussão de valores cobrados pelos fiscos federal, estaduais e municipais, todos relacionados com a atividade da Companhia e cujos tributos façam parte acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. esferas judicial ou administrativa.

2022

Partes: Fazenda Nacional x Copagaz		
Objeto: Trata-se de Auto de Infração visando a cobrança de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2008, pela desconsideração das operações societárias realizadas em 09/2004, que culminou na glosa de despesas decorrentes da amortização da diferença entre o valor nominal das quotas/ações e o valor pago por elas, em razão da incorporação de sociedade empresária, sob o argumento de simulação. Andamento: Aguarda-se julgamento de Embargos de Declaração opostos contra a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.		52.450
Partes: Estado de São Paulo x Copagaz		
Objeto: Trata-se de 2 Autos de Infração lavrado para cobrança de ICMS. Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Especial do contribuinte.	29.585	27.272
Partes: Receita Federal do Brasil x Copagaz		
Objeto: Processo Administrativo decorrente da não homologação de compensação declarada (PIS).		
Andamento: Aguardando julgamento de Recurso Ordinário.	18.487	17.042

Partes: Secretaria do Estado do Ceará x Copagaz Objeto: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Ceará objetivando a cobrança de débitos supostamente devidos a título de ICMS, atualização monetária multa, juros e demais encargos Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução. 9.073 6.561 Partes: Fazenda Nacional x Copagaz

Obieto: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União com o intuito de cobrar débitos de IRPJ e CSLL decorrentes de compensações não homologadas. Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução. 6.018 5.673 Partes: Secretaria da Receita Federal x Copagaz Objeto: Trata-se de 22 (vinte e dois) processos administrativos tributários, originados da não homologação de compensações que utilizaram créditos de PIS e COFINS apurados pela empresa, tendo em vista o entendimento da Receita Federal do

Brasil ("RFB") acerca da impossibilidade de manutenção de créditos destas contribuições na aquisição de insumos, bens incorporados ativo imobilizado e fretes (anos calendário de 2014, 2015 e 2016). Andamento: Aguarda-se julgamento das Manifestações de Inconformidade 51.535 47.507 Partes: Estado de Goiás x Liquigás

Obieto: Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado de Goiás visando à cobrança dos créditos constituídos nos processos administrativos fiscais - auto de infração de ICMS Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução. 25.511 20.138 Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás

Objeto: Processo de habilitação de crédito PERD/COMP não homologado -Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário em face da decisão de parcial procedência da Manifestação de Inconformidade anteriormente apresentada. 25.577 23.133 Partes: Receita Federal do Brasil x Liquigás

Objeto: Autos de Infração lavrados para cobrança de IRPJ, CSLL, juros e multas por falta de recolhimento de estimativas mensais e multa de ofício qualificada, em decorrência do suposto aproveitamento indevido de ágio por expectativa de rentabilidade futura relacionado à aquisição da Agip do Brasil S.A. pela Petrobras Distributidora S.A., amortizado pela Liquigás durante os anos de 2014 a 2016. Em 30 de novembro de 2012, houve a cisão parcial da BR Distributidora S.A., com versão da parcela cindida à Liquigás (incorporação reversa), que passou a ser controlada direta da Petrobras, essa operação tornou a amortização do ágio dedutível.

Andamento: Proferida decisão de primeira instância administrativa julgando parcialmente procedente a impugnação. Aguarda-se o julgamento do recurso voluntário da Liquigás e do recurso de ofício do Fisco perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. 101.967 77.999 Partes: Secretaria do Estado de Goiás x Liquigás

Obieto: Omissão no registro de entrada de recipientes transportáveis e reservatório Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário apresentado em face do 30.443 19.496

Partes: Fazenda Nacional x Liquigás Objeto: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União com o intuito de cobrar contribuição previdenciária supostamente incidente sobre pagamentos a segurados e empregados a título de Participação nos Lucros e/ou Resultados, visto que alegadamente em desconformidade com a Lei nº 10.101/2000

Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução Partes: Secretaria do Estado de Pará x Liquigás Objeto: Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado do Pará proveniente de Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução Fiscal. 16.780 15.176

Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás Objeto: Não homologação de crédito compensado em razão de decisão judicial no processo de IRPJ e PIS Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário.

Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás Obieto: Trata-se de PER/DCOMP de débitos de IRPJ e CSLL relativas aos períodos de apuração abril e maio/2011, com crédito oriundo de recolhimento a maior a título de FINSOCIAL, à alíquota excedente de 0,5% do período de apuração de setembro/1989 a marco/1992.

Andamento: Aguarda-se julgamento de Manifestação de Inconformidade. 11.144 10.078 Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás Objeto: Processo Administrativo decorrente da não homologação de compensação declaradas (IRPJ/CSLL)

Andamento: Aguarda-se julgamento de Manifestação de Inconformidade. Processos cíveis: em sua maioria e por ordem de relevância, envolvem a discussão oriunda de sinistros decorrentes da operação (comercialização do GLP), bem como a discussão envolvendo contratos comerciais com revendedores e prestadores de serviços. A Companhia possui seguro para cobertura de responsabilidade civil geral na modalidade de reembolso com fixação de POS - Participação Obrigatória do Segurado e franquia mínima para os casos decorrentes de sinistros da operação.

Descrição dos principais processos de natureza cível Partes: Empresa de logística x Liquigás Objeto: Rescisão contratual e indenização por danos materiais a título de perdas e danos Andamento: Atualmente em fase de instrução e perícia para posterior prolação Partes: Revenda de gás x Liquigás Objeto: Alega o Autor que em razão de metas inalcançáveis e elevado valor cobrado pela compra do GLP viu-se obrigado a rescindir o contrato firmado com a Liquigás o que lhe trouxe prejuízos. Andamento: Proferida sentença totalmente favorável para a Copa Energia. Aguarda

se processamento de recurso interposto pela Revenda. Partes: Ministério Público Federal x Liquigás e outros Objeto: Declaração de nulidade de propriedade em razão do reconhecimento de área

indígena, bem como obrigação de reflorestamento da área. Andamento: Sentenca e acórdão declarando nulo o título de propriedade e condenando os réus de forma solidária na obrigação de reflorestamento da área (cerca de 168 mil hectares). O valor informado para a ação se refere ao valor da causa atualizado por estar o processo sobrestado até o julgamento, pelo STF, da repercussão geral reconhecida no RE 1.017.365 que pode alterar a declaração da terra indígena localizada no imóvel vendido pela Liquigás em 2003, bem como qual a área desmatada a ser reflorestada, condições estas que podem alterar o valor da obrigação.

Descrição dos principais processos de natureza cível Partes: Revenda de gás x Liquigás Objeto: Visa a autora indenização por danos morais e materiais em virtude da não concretização de promessa de vendas que teriam sido feitas e também pela uspensão do fornecimento de GLP. Andamento: Processo encontra-se no STJ, após decisão desfavorável em segunda nstância e protocolo de recurso pela Liquigás. 36.554 36.554 Processos concorrenciais: envolvem discussão sobre multas aplicadas pelo CADE, por

lescumprimento de legislação concorrencial. Descrição dos principais processos de natureza concorrencial 2022 Partes: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE x Copagaz e outras distribuidoras congêneres Objeto: Trata-se de ação anulatória com pedido de antecipação de tutela, referente à

decisão proferida pelo CADE, na qual a Copagaz foi condenada, por formação de cartel, ao pagamento de multa no importe de 1% do faturamento anual.

Andamento: O processo encontra-se suspenso uma vez que pendente de julgamento o Agravo de Instrumento que discute o aumento do valor da causa pleiteado pelo CADE e acolhido pelo juiz em 1ª instância.

Partes: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE x Liquigás e

outras distribuidoras congêneres Objeto: Trata-se de ação anulatória com pedido de antecipação de tutela, referente à decisão proferida pelo CADE, na qual a Liquigás foi condenada, por formação de cartel, ao pagamento de multa no importe de 1% do faturamento anual.
Andamento: O processo encontra-se suspenso uma vez que pendente de julgamento

o Agravo de Instrumento que discute o aumento do valor da causa pleiteado pelo CADE e acolhido pelo juiz em 1ª instância.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes próprios e terceiros, e discutem, em linhas gerais, pedidos similares, envolvendo horas extras, danos de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e arredamentos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em da operação. Relevante informar que para este grupo de processos a discussão ocorre tanto nas A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou quaisquer outros ativos de risco, inclusive operações com moeda estrangeira. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as práticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

> Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022

> estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua avaliação: a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e fornecedores e

Os valores contabilizados são mensurados pelo método do custo amortizado e registrados pelo valor aproximado ao de realização. b) Captações de recursos

Representado por empréstimos para financiamento do capital de giro em curto prazo e debêntures para pagamentos de curto e longo prazo, mensurados pelo método do custo amortizado e registrados pelo valor aproximado ao de realização.

 c) Classificação dos instrumentos financeiros A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Valor justo Ativos Passivos Nota resultado amortizado amortizado 2022 Ativo Caixa e equivalentes de caixa 274.963 Contas a receber de clientes, 528.154 528.154 líquidas e outros recebíveis Cauções e depósitos judiciais Total 868.146 868.146 Passivo 11 13 242.420 2.107.804 2.107.804 Empréstimos e financiamentos Dividendos a pagar 15.1.1 65.866 65.866 Mútuos a pagar para 15.1.1 partes relacionadas 2.416.577 Total 2.416.577 Controladora Valor justo Ativos Passivos elo custo or meio de pelo custo Ativo Caixa e equivalentes de caixa 32.851 32.851 Contas a receber de clientes, 108.671 108.671 líquidas e outros recebíveis

Empréstimos e financiamentos 2.184.536 2.184.536 15.1.1 Dividendos a pagar 2.374.232 2.374.232 Total Consoli lado Valor iusto Ativos Passivos pelo custo io de resultado 2021 Nota amortizado amortizado Ativo Caixa e equivalentes de caixa 70 594 70.594 Contas a receber de clientes, 479.037 479.037 líquidas e outros recebíveis Cauções e depósitos judiciais 614.912 614.912 Passivo Fornecedores e contas a paga 11 177.580 177.580 Empréstimos e financiame Dividendos a pagar 15.1.1 47.239 47.239 Mútuos a pagar para 2.451.950 2.451.950 Total Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de Patrimônio líquido Instrumentos financeiros "não derivativos" Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil,

uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em no balanco patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, cauções e depósitos judiciais, assim como fornecedores, contas a pagar, empréstimos e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022.

Hierarquia de valor justo Os diferentes níveis foram definidos como a seguir

Cauções e depósitos judiciais

Fornecedores e contas a paga

Passivo

21.560 19.149

15.909 9.120

• Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto precos cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de

mercado (inputs não observáveis) Apuração do valor justo A Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados apenas como Nível 2. Não houve

reclassificação no exercício.

Para os níveis 1 e 3 a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada. 25.1. Gerenciamento de risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

13.104 12.308 A Companhia realiza importação de um pequeno volume complementar de GLP para atendimento de sua carteira de clientes. Considerando que o GLP possui precificação atrelada a determinados insumos Os itens dados como garantia em processos estão apresentados no quadro a seguir: derivados de petróleo no mercado internacional, a Administração entende que não está exposta a

A Companhia não realiza operações em mercado a termo ou de hedge 25.2. Gerenciamento de risco de taxas de juros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão atrelados às taxas pós-fixadas e seu Carta fiança risco se limita à volatilidade das taxas de juros da economia brasileira, SELIC e CDI. As aplicações e Imóvel captações da Companhia, caracterizadas por operações de curto prazo, são rentabilizadas pela variação do CDI.

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, iá os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

apresentados:

Cenários

Taxa de juros

Exposição efetiva em patrimonial Passivos 63.918 <u>57.973</u> Empréstimos e 2.107.804 CDI 13,65% <u>287.715</u> <u>71.929</u> <u>143.858</u> <u>(71.929)</u> <u>(143.858)</u> Efeito <u>287.715</u> <u>71.929</u> <u>143.858</u> <u>(71.929)</u> <u>(143.858)</u> Controladora Exposição efetiva em patrimonial Passivos <u>Exposição Risco 31.12.2021 | provável | II 25% | III 50% | IV (25%) | V (50%)</u> financeiros Empréstimos e 2.184.536 CDI Efeito 237.022 59.256 118.511 (59.256) (118.511) Consolidado Exposição efetiva em patrimonial Passivos <u>Exposição</u> <u>Risco</u> <u>31.12.2021</u> <u>I provável</u> <u>II 25%</u> <u>III 50%</u> <u>IV (25%)</u> <u>V (50%)</u>

financiamentos 2.226.602 CDI <u>241.586</u> <u>60.397</u> <u>120.793</u> <u>(60.397)</u> <u>(120.793)</u> 10,85% 22.384 22.384 Efeito <u>241.586</u> <u>60.397</u> <u>120.793</u> <u>(60.397)</u> <u>(120.793)</u> DECLARAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá Corporate Towers, São Paulo (SP), inscrita no CNPJ sob nº 03.237.583/0001-67, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

financeiros

Empréstimos e

DIRETORIA

Letícia de Paula Freitas Birgel - Contadora - CRC 1SP336429/O-0

2022 2021 25.3. Risco de crédito

38.853 45.280

A Companhia está exposta ao risco de crédito de clientes, decorrente de suas operações come da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima era de R\$ 803,117 na controladora (R\$ 141,522 na controladora e R\$ 549.631 no consolidado em 31.12.2021) referente ao caixa e equivalentes de caixa e as contas a receber.

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de exposições de crédito a clientes do segmento envasado e granel, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Padrão de Gestão de Crédito e Cobrança da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, bem como para minimizar ainda mais o risco, clientes inadimplentes sem uma posição de regularização da carteira, passam a comprar na condição "A Vista Antecipado" evitando assim aumento na exposição de crédito.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

25.3.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos de crédito

No tocante ao Risco de Crédito e Gestão de Cobrança, a Companhia possui Política de Crédito e Cobrança na qual estão estabelecidas diretrizes e orientações para as práticas a serem seguidas por todas as unidades da Companhia e monitoradas, regularmente, pelo Comitê de Crédito. O Comitê foi concebido como sendo um fórum decisório no processo de avaliação e aprovação de propostas, concessão de Limites de Créditos e Renegociações de Dívidas para os clientes da Companhia, bem como para deliberar sobre outros assuntos pertinentes às práticas de Crédito e Cobrança, sempre em consonância com o que determina a sua Política de Crédito e Cobrança, na qual estão claramente definidas as regras para garantir e recuperar os créditos da Companhia no âmbito da Gestão de Cobrança: prazos, formas de atuação corretiva e preventiva, entre outros.

25.3.2. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos de crédito e gestão de cobrança A Companhia utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado em que atua (Empresarial e Envasado). As regras, bem como as tabelas de alcadas de aprovações, estão definidas na Política de Crédito e Cobrança da Companhia. O processo de análise e concessão de crédito é previamente analisado por comitê definido pela Administração da Companhia.

Quanto à Gestão de Cobrança, a Companhia, através da utilização do sistema integrado SAP ECC, tem como principal ferramenta de controle o bloqueio de faturamentos a clientes inadimplentes e para clientes que estejam com seu limite de crédito excedido ou vencido. Este bloqueio faz com que as solicitações de novos faturamentos, antes de sua liberação, passem pela análise da área comercial e financeira da Companhia e com isso o eventual risco na concessão de crédito, bem como de inadimplência é mitigado consideravelmente

25.3.3. Garantias utilizadas no gerenciamento de riscos de crédito

É prática da Companhia priorizar a obtenção de garantias (hipoteca, fianças e seguro garantia) de clientes para as vendas a prazo. 25.4. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazo, financiamento de projetos e transações de vendas. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia deverão continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Controladora 2022 Superiores Superiores Total 1 ano há 1 ano Total 1 ano há 1 ano Passivo Fornecedores e contas a pagar Empréstimos e financiamentos 2.107.804 356.122 1.751.682 2.184.536 165.649 2.018.887 Dividendos a pagar <u>2.416.090</u> <u>664.408</u> <u>1.751.682</u> <u>2.374.232</u> <u>355.345</u> <u>2.018.887</u> Consolidado Superiores Até Total 1 ano há 1 ano Passivo 177.580 177.580 Fornecedores e contas a pagai 2.226.602 207.715 2.018.887 Empréstimos e financiamentos Dividendos a pagar

25.4.1. Gerenciamento de risco de liquidez A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia é adequada ao ciclo de investimentos de médio e longo prazo, incluindo financiamento de fornecedores e projetos.

2.451.421 432.534 2.018.887

Risco de mercado é o risco que alteracões nos precos de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos precos de mercado das vendas e do custo dos produtos vendidos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia. 25.6. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnología e infraestrutura da Companhia, bem como de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. A Companhia possui cobertura securitária para mitigar o efeito de eventos adversos sobre o seu

resultado (Nota explicativa nº 26). 25.7. Gestão de Capital

142.457

142,457

A gestão de capital da Companhia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando à continuidade do seu negócio e o aumento de valor para seus acionistas. As principais fontes de recursos da Companhia têm sido a geração operacional de caixa e os recursos de terceiros obtidos através de empréstimos de longo prazo e captações de curto prazo junto às instituições financeiras Consolidado Controladora

2022 2021 (32.851) 165.649 (70.594) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) (274.963) Empréstimos e financiamentos curto prazo (Nota 13) Empréstimos e financiamentos longo prazo (Nota 13) 1.751.682 2.018.887 2.018.887 ndamentos curto prazo (Nota 14) ndamentos longo prazo (Nota 14) 8.482 88.767 49.919 38.473 Endividamento líquido 2.082.465 2.248.934 2.402.736 1.675.183 1.931.519 1.675.183 Endividamento líquido/(Endividamento líquido + Patrimônio líquido) 51.88% 57.31% 58.92%

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados de riscos, a relevância e o valor de reposição dos seus ativos, com fundamento em avaliações de bens conforme técnicas de engenharia para cobertura de sinistros de incêndios, responsabilidade civil e outros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. No entanto, o valor segurado é considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas por

eventuais sinistros que venham a ocorrer. Os itens e valores segurados em 31 de dezembro de 2022 são:

Ativo Instalações, equipamentos Básica (incêndio, raio e explosão) e coberturas acessórias. segurada Perdas financeiras, em consequência da prestação de Responsabilidade civil servicos como atos, erros ou omissões e aos custos de defesas de ações judiciais, danos morais e restituição de 80.000 imagem. Responsabilidade civil Operações, produtos, empregador, contingência de veículos, poluição ambiental, danos morais, erro médico e objetos. Danos materiais e danos corporais causados a terceiros 42.000 Veículos (por veículo). 1.200

27 AVAIS E GARANTIAS

Concor- Requ-Tipo <u>Ihistas e fiscais Cíveis rencial latório 2022</u> 279 91.586 12.695 2.450 6.141 11.331 19.922 27.212 38.366 - 18.481 18.481 transportáveis - P13 25.156 6.420 121.458 12.695 36 165.765 39.907

28. OUTROS ASSUNTOS Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do julgamento dos Temas 881 e 885, que trataram da limitação da coisa julgada, deliberou que as decisões por ele proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral, interrompem automaticamente os efeitos temporais das sentenças transitadas em julgado envolvendo relação jurídica tributária de trato continuado.

Considerando o teor do entendimento do STF publicado até o momento, a Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu não haver nenhum caso que tenha sofrido modificação no posicionamento desta corte em controle de constitucionalidade, inexistindo impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período. 29 FVFNTO SURSEQUENTE

Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou Supremo) concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitando o prazo de prescrição.

A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão. Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, Torre C, 29º andar, conjuntos 2901, 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá Corporate Towers, São Paulo (SP), inscrita no CNPJ

sob nº 03.237.583/0001-67, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo

em 31 de dezembro de 2022; (ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Nacões Unidas, nº 14.171, Torre C, 29º andar, conjuntos 2901,

Eduardo Elias Zahran Filho Pedro João Zahran Turqueto

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 29/03/2023

Antonio Carlos Moreira Turqueto

Diretor Presidente



COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Copa Energia Distribuidora de Gás S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. ("Companhia"). que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações (Notas explicativas 3.20, 4.4 e 17) do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para A administração da Companhia efetua avaliação detalhada dos programas de benefícios oferecidos • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Copa Energia aos seus empregados e ex-empregados e constitui passivo para os benefícios de assistência médica Distribuidora de Gás S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem as demonstrações que se qualificam como obrigações pós-emprego. consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos O cálculo atuarial envolveu a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e definição as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em Consideramos que esse tema como um dos principais assuntos de nossa auditoria pois alterações nas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o constituídas relacionadas a benefício de assistência médica pós-emprego. exercício findo nesta data, bem como o desempenho consolidado das operações e dos fluxos de caixa Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria consolidados da Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. e sua controlada para o exercício findo em Entre outros procedimentos, obtivemos entendimento e testamos as informações dos participantes nos • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Com o apoio dos nossos especialistas internos em cálculos atuariais, avaliamos a competência técnica consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os principais premissas utilizadas pelos avaliadores externos. Por fim. efetuamos recálculo do valor princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas presente dos fluxos de caixa das obrigações de assistência médica pós-emprego. suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os e o relatório do auditor mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente

Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (Notas explicativas 3.12, 4.3 e 10.1)

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Liquigás Distribuidora S.A. ocorrida em dezembro de 2020. O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis caixa, preco médio líquido do GLP, volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado individuais e consolidadas o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

material nos resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado pela administração para a encerramento das operações. definição da unidade geradora de caixa.

Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvemos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto, análise da metodologia empregada e razoabilidade das projeções.

Em relação às principais premissas adotadas pela administração, como o preço e volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado, avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razpável levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que cor- é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as PricewaterhouseCoopers roboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialis- normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes Auditores Independentes Ltda. tas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas, os dados quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável adotados pela administração são decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. razoáveis. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema, estão adequadas perante a norma.

Provisão para benefício de assistência médica pós-emprego

de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo de premissas com elevado grau de subjetividade, relacionadas com hipóteses econômicas, biométricas, entre outras

todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copa Energia Distribuidora de Gás principais premissas utilizadas pela administração podem trazer impactos relevantes nas obrigações

bancos de dados e a razoabilidade das principais premissas fornecidas pela administração aos e respectivas divulgações feitas pela administração. especialistas externos para a elaboração dos cálculos atuariais

responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é provisão para planos de benefício de assistência médica pós-emprego são razoáveis e consistentes com as divulgações nas notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Consideramos que essa área permaneceu como foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de do saldo, bem como o fato de que variações na determinação das premissas adotadas pela administração demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, podem resultar em ajuste Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o

> Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes CRC 2SP000160/O-5

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

- e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planeiamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- · Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na secão a seguir, dos especialistas externos contratados pela administração, bem como analisamos a coerência geral, a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e lógica e aritmética dos cálculos efetuados. Também efetuamos análise das taxas de desconto e continuidade operacional da Companhia. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais Consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da avaliação atuarial e da inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transacões e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação
 - · Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria. inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram obieto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo. 28 de marco de 2023



Sérgio Eduardo Zamora Contador - CRC 1SP168728/O-4

Esta publicação está disponível no site do Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 29/03/2023 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code

ou pelo link 568584529032023.pdf

Hash:16800960012a48b3251a7944ddae2fc296fd6a788d